



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 3ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 8 DE MARÇO DE 2022

ATA Nº. 4 / 2022

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SR. PRESIDENTE DA A.M., EM EXERCÍCIO - RENÚNCIA AO MANDATO DO SR. PROFESSOR DOUTOR DAVID JUSTINO
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATA
 - 3.2.1. ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS - ATA NÚMERO DOIS, DE DOIS MIL E VINTE E DOIS
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.3. “MOÇÃO PELA PAZ”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV
 - 3.3.1. VOTAÇÃO - ADMISSÃO DA MOÇÃO PELA PAZ”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV
 - 3.3.2. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (IN-OV)
 - 3.4. MOÇÃO PELA PAZ E CONCÓRDIA ENTRE OS POVOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD
 - 3.4.1. VOTAÇÃO – ADMISSÃO DA MOÇÃO PELA PAZ E CONCÓRDIA ENTRE OS POVOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD
 - 3.5. “MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A INVASÃO DA UCRÂNIA PELA FEDERAÇÃO RUSSA”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: APROVADA POR UNANIMIDADE A 19-4-2022			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	13		
PS	3		
PSD	1		
EA	2		
CDU	1		
IL	1		
DE 2022	1		
PAR	1		
INOVAR ALGÉS	—		
INOVAR BARCARENA	1		
INOVAR CARNAXIDE	—		
OEIRAS	—		
INOVAR OEIRAS	—		
PAÇO DE ARCOS	—		
CANAS	—		
INOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

- 3.5.1. VOTAÇÃO – ADMISSÃO DA “MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A INVASÃO DA UCRÂNIA PELA FEDERAÇÃO RUSSA”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
- 3.6. VOTO DE PESAR POR TODAS AS VÍTIMAS DA GUERRA RÚSSIA-UCRÂNIA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN
- 3.6.1. VOTAÇÃO
- 3.7. VOTAÇÃO - “MOÇÃO PELA PAZ”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV
- 3.8. VOTAÇÃO - MOÇÃO PELA PAZ E CONCÓRDIA ENTRE OS POVOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD
- 3.9. VOTAÇÃO - “MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A INVASÃO DA UCRÂNIA PELA FEDERAÇÃO RUSSA”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
- 3.10. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.11. MOÇÃO – “DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO
- 3.11.1. VOTAÇÃO – ADMISSÃO DA MOÇÃO - “DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO
- 3.11.2. VOTAÇÃO - MOÇÃO - “DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO
- 3.12. RECOMENDAÇÃO – “DIA INTERNACIONAL DA MULHER”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN
- 3.12.1. VOTAÇÃO
- 3.13. SR. DEPUTADO JORGE PRACANA (PSD)
- 3.14. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.15. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.16. SR^a. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 3.17. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO)
- 3.18. SR^a. DEPUTADA PAULA NETO (IN-OV)
- 3.19. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
- 3.20. SR^a. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 3.21. SR. DEPUTADO VÍTOR MARQUES (PSD)
- 3.22. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.23. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. VOTAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES - RETIRADA
 - 4.2. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES
 - 4.2.1. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES - 1^a COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS, CIDADANIA E COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA - PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV
 - 4.2.2. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES - 2^a COMISSÃO - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DELIBERATIVO E ASSUNTOS JURÍDICOS - PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV
 - 4.2.3. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES - 3^a COMISSÃO – AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PATRIMÓNIO – PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV

- 4.2.4. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES - 3ª COMISSÃO – AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PATRIMÓNIO – PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EVOLUIR OEIRAS
- 4.2.5. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES - 4ª COMISSÃO – ECONOMIA, FINANÇAS E SETOR EMPRESARIAL LOCAL - PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV
- 4.2.6. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES - 5ª COMISSÃO – EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE - PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV
- 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 124/2022 – DMEDSC/EPEOCT 2020-2025 – RELATIVA À ADESÃO À ASSOCIAÇÃO PARA OS “MATERIAIS AVANÇADOS” – INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
 - 4.3.1. VOTAÇÃO
- 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 153/2022 – DMEDSC/DDS/DCS – RELATIVA À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA “AÇÃO SOCIAL” PARA 1 DE JANEIRO DE 2023
 - 4.4.1. VOTAÇÃO
 - 4.4.1.1. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 4.4.1.2. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO



ce

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.4.1.3. SR.^a. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.5. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE OEIRAS REFERENTE AO ANO DE 2021
5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
6. SR. PRESIDENTE DA A.M., EM EXERCÍCIO
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----ATA DA 3ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA-----

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 8 DE MARÇO DE 2022-----

-----ATA Nº. 4 / 2022-----

----- Aos oito dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência, em exercício, do Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller, em substituição da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio e como Segunda Secretária a Senhora Diana Leonor Alves Gonçalves. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da A.M., em exercício, declarou iniciada a Terceira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e um Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, Maria da Glória Fernandes Sarmento, Mónica

dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, António Fazenda Coimbra, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Faltou o Senhor Deputado José Maria Godinho Montezo e o eleito Orlando Vaz Tavares, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, tendo a Mesa justificado as respetivas faltas.-----

-----Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, pediram a sua substituição para esta reunião, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria da Glória Fernandes Sarmiento e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata e António Fazenda Coimbra, da Coligação Democrática Unitária.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Joana Micaela Salvador Baptista, Pedro Manuel Freire Patacho, Armando Agria Cardoso Soares, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

1. Votação da Composição das Comissões Permanentes;-----
2. Votação dos Coordenadores e Secretários das Comissões Permanentes;-----
3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 124/2022 – DMEDSC/EPEOCT 2020-2025 – relativa à Adesão à Associação para os “Materiais Avançados” – Investigação, Desenvolvimento e Inovação;-----
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 153/2022 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa à Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – Prorrogação do prazo de transferência de competências no domínio da “Ação Social” para 1 de janeiro de 2023;-----
5. Apreciação do Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras referente ao ano de 2021.-----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

3.1. O Senhor Presidente da A.M., em exercício – Renúncia ao mandato do Senhor Professor Doutor David Justino – iniciou a reunião dizendo o seguinte:-----

----- “Verificado o quórum, vamos iniciar os nossos trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

----- Tenho uma informação de pedido de renúncia de mandato do Senhor Professor Doutor David Justino, que irei passar a ler a seguir:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras:-----

----- Eu, José David Gomes Justino, Deputado eleito pela Coligação PSD/MPT, venho, pelo presente, declarar perante Vossa Excelência que, considerando a manifesta incompatibilidade de horários com a atividade académica que exerço como professor catedrático da Universidade de Nova de Lisboa, decidi apresentar a minha renúncia de mandato.-----

----- Queira, pois, Vossa Excelência Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, considerar a minha declaração, dando-lhe seguimento e cumprindo os ulteriores

trâmites.” -- -----

-----Por conseguinte, passará à efetividade definitiva o Doutor Miguel Bugalho (PSD), que é o membro que se encontra a seguir na lista. -----

-----Queria também informar do pedido de suspensão de mandato da Senhora Deputada Ana Beça (IN-OV) por sessenta e um dias. Fica em efetividade, para este tempo, a Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV).” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATA-----

3.2.1. Ata da Segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois - Ata número dois, de dois mil e vinte e dois-----

3.2.1.1. VOTAÇÃO -----

-----O Senhor Presidente em exercício submeteu à votação esta ata, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes com vinte e cinco votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Rui Pedro Alves do Nascimento), dois do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Nunes Silva) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Pedro Gersão Lapa Miller e Nuno Miguel de Oliveira Custódio, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata, António Fazenda Coimbra, da Coligação Democrática Unitária e Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, do Partido Iniciativa Liberal, não votaram esta ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito.---

----- Os Senhores Deputados Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, do Partido Socialista, João Manuel d'Oliveira Antunes, (Presidente da U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo), Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) e Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias), não estavam presentes na altura da votação.-----

3.3. “MOÇÃO PELA PAZ”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, leu a Moção referida em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “O INOV condena veementemente a utilização da força como forma de solucionar conflitos e denuncia o desencadeamento, por parte da Federação Russa, da intervenção militar contra a Ucrânia. -----

----- Simultaneamente, manifesta a sua total solidariedade em relação ao povo ucraniano em geral, à comunidade ucraniana residente em Portugal e, em particular, aos muitos cidadãos ucranianos que escolheram o Concelho de Oeiras para residir e trabalhar. -----

----- Independentemente das múltiplas justificações, quer sejam territoriais, políticas, económicas ou geoestratégicas, invocadas pelos contendores na guerra, importa salientar que

existem fóruns privilegiados para dirimir quaisquer diferendos que possam surgir entre os Estados.-----

-----Entre eles merece, naturalmente, um destaque especial a Organização das Nações Unidas, fundada sob os valores e princípios da Tolerância, da Justiça, da Verdade, da Solidariedade, da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade. -----

-----A ela é imperioso recorrer para evitar que se vulgarize a lei do mais forte, a exemplo de idênticas e recentes situações, em que, sob falsos pretextos, se deu rédea solta aos Cavaleiros do Apocalipse.-----

-----O INOV salienta a importância do papel que deve ser desempenhado pela ONU, competindo-lhe manter abertos todos os canais de diálogo, por forma a evitar os conflitos ou, quando tal não seja possível, a contê-los e solucioná-los. -----

-----Mas apela, também, a todas as organizações internacionais, independentemente do seu estatuto, políticas, económicas, religiosas ou filosóficas, para que envidem todos os esforços ao seu alcance para que as negociações em curso venham a impedir a escalada de uma guerra que só pode ser prejudicial para a Humanidade em geral e para os povos envolvidos em particular. - -----

-----Sendo a guerra a única solução que não é solução para nada, urge, no seguimento das palavras do Papa Francisco, reforçar os apelos à PAZ, para que o homem alcance, definitivamente, o estado em que deixe de ser o lobo do homem e se erradique o discurso do ódio e da exclusão, tantas vezes disfarçado de uma pretensa solidariedade. -----

-----Esta moção deverá ser comunicada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao primeiro Ministro, à Embaixada da Ucrânia, em Lisboa, à Embaixada da Federação Russa em Lisboa, à Embaixada dos Estados Unidos da América, em Lisboa, à Representação da Comunidade Europeia em Portugal, e publicada no sítio da Assembleia Municipal e em, pelo menos, um jornal diário de expansão nacional.” -----



Handwritten mark

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

3.3.1. VOTAÇÃO - ADMISSÃO DA MOÇÃO PELA PAZ”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV-----

----- O Senhor Presidente em exercício submeteu à votação a admissão desta Moção, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e António Fazenda Coimbra), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva) e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). - -----

----- Os Senhores Deputados Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, do Partido Socialista, João Manuel d'Oliveira Antunes, (Presidente da U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo), Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, (Presidente da U.F. Carnaxide e

Queijas) e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 23/2022** -----

-----**ADMISSÃO DA “MOÇÃO PELA PAZ”, APRESENTADA PELO GRUPO
POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e dois votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Inovar Barcarena e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo, admiti-lo a discussão.”-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.3.2. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Queria pedir, uma vez que há outras moções que versam o mesmo tema, que fossem todas tratadas ao mesmo tempo, para não termos que estar aqui a falar sobre cada uma delas.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----**O Senhor Presidente da A.M., em exercício,** respondeu o seguinte: -----

-----“Sim Senhor. -----

-----Passarei a ler as moções que estão todas relacionadas, com exceção do Voto de Pesar (que não é uma moção, é um voto de pesar).”-----

**3.4. MOÇÃO PELA PAZ E CONCÓRDIA ENTRE OS POVOS, APRESENTADA PELO
GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD**-----



CM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, leu a Moção referida em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata de Oeiras no mais estrito cumprimento do Direito Internacional, da Constituição da República e das Leis defende, intransigentemente, a PAZ e a Concórdia entre as pessoas, povos e nações, no máximo respeito pelos valores humanistas e humanitários de preservação da vida e das condições dignas de existência. -----

----- Os conflitos entre Estados Soberanos, a existir, devem ser dirimidos pelas vias diplomáticas garantindo assim a preservação de valores maiores da Humanidade como a Vida e a Dignidade. -----

----- Com a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, que mais não é do que de uma agressão bárbara e imoral, não podemos ficar indiferentes ao sofrimento das populações nem à perda de vidas, pelo que exortamos a que, sem recurso a qualquer forma de violência, seja possível às partes a obtenção de soluções que passem pelo diálogo construtivo e construtor. -----

----- Na esperança de uma solução pacífica imediata e digna, o PPD/PSD reafirma a defesa da Paz, do diálogo, da harmonia e da cooperação.-----

----- Compreendemos a História, mas consideramos que a Ucrânia tem direito ao seu território e à soberania que lhe advém enquanto Estado e que é absolutamente inalienável à luz do Direito Internacional. -----

----- Após treze dias desde o início da guerra, que é disso que se trata, não podíamos deixar de manifestar nesta Assembleia Municipal de Oeiras a nossa condenação por tal ato, mas, ainda mais importante, demonstrar a nossa Solidariedade para com aqueles que sofrem e são vítimas desta agressão. -----

----- Através desta moção, pretendemos ainda manifestar o nosso apoio à Câmara Municipal de Oeiras para que esta desenvolva todas as démarches, consideradas úteis e

necessárias, para, através da sua ação, disponibilizar este território para acolher todos aqueles que fogem da guerra e cooperar na ajuda humanitária. em articulação com o Estado português. --

-----Por último, e pedimos a todos os grupos parlamentares que se juntem a nós, condenando a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, manifestando-se solidariamente para com o povo ucraniano e exigindo o fim das hostilidades e o restabelecimento da Paz. -----

-----Façamos um minuto de silêncio em memória daqueles que já faleceram, vítimas Inocentes deste conflito. -----

-----Que esta moção seja remetida à Câmara Municipal de Oeiras, à Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas, à Representação da União Europeia em Portugal, à Presidência da República, ao Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Embaixada da Ucrânia em Portugal, Embaixada da Federação da Rússia em Portugal, às Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras. ao Conselho Português para a Paz e Cooperação, à Associação dos Ucranianos em Portugal e às Associações e instituições do Concelho de Oeiras.” -----

3.4.1. VOTAÇÃO – ADMISSÃO DA MOÇÃO PELA PAZ E CONCÓRDIA ENTRE OS POVOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação a admissão desta Moção, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e António Fazenda Coimbra), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- A Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias), não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 24/2022** -----

----- **ADMISSÃO DA MOÇÃO PELA PAZ E CONCÓRDIA ENTRE OS POVOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Inovar União Algés, um do Grupo

Político Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo, admiti-lo a discussão.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

3.5. “MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A INVASÃO DA UCRÂNIA PELA FEDERAÇÃO RUSSA”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, leu a Moção referida em título, que a seguir se transcreve:-----

-----“Vladimir Putin, presidente da Federação Russa, tomou unilateralmente a decisão de invadir a Ucrânia e desencadear uma guerra, numa violação clara do Direito Internacional que consubstancia um atentado à Paz e aos Direitos Humanos. Esta decisão do Putin põe em causa a ordem internacional, bem como a estabilidade e segurança na Europa, abrindo a mais grave crise militar no nosso continente desde a Segunda Guerra Mundial.-----

-----Portugal juntou a sua voz à Comunidade Internacional ao condenar este ato de guerra, tendo-se solidarizado com a Ucrânia e com o seu povo na luta pela sua existência como Estado soberano e independente.-----

-----Também o Parlamento Europeu aprovou por esmagadora maioria uma resolução contra a agressão russa à Ucrânia, onde se “condena com a maior veemência a agressão militar não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia” e se “manifesta solidariedade total para com o povo da Ucrânia”.-----

-----Entretanto, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução “Agressão Contra a Ucrânia”. A reunião convocada para o efeito começou com as declarações do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, que defendeu que “a guerra na Ucrânia tem de parar. Tem de parar agora!”-----



CM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Basta. É urgente um cessar-fogo imediato e que os soldados invasores regressem ao território da Rússia. Os líderes dos dois países e da comunidade internacional precisam de avançar para a paz. A vida dos civis deve ser protegida e é preciso garantir o pleno respeito pelos direitos humanos. A soberania, a independência e a integridade territorial da Ucrânia, nos limites das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas, devem ser escrupulosamente respeitadas de acordo com as resoluções da Assembleia Geral.”-----

----- Assistimos a uma verdadeira onda de solidariedade internacional para com a Ucrânia. Solidariedade que também temos verificado na sociedade portuguesa. Por todo o país têm-se organizado manifestações de protesto contra a Rússia de Vladimir Putin e de apoio à Ucrânia e ao seu povo. Organizam-se recolha de bens essenciais em ações humanitárias e variadíssimas outras ações desenvolvidas por entidades oficiais, organizações não governamentais, associações e pela população em geral, a que o Município de Oeiras se juntou. -

----- O GP/PS da Assembleia Municipal de Oeiras propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida a oito de março de dois mil e vinte e dois, expresse de forma institucional o seu repúdio por este atentado à soberania e identidade do povo da Ucrânia, pondo em causa a dignidade humana e delibere:-----

----- Um. Condenar veementemente a invasão da Ucrânia pela Rússia;-----

----- Dois. Afirmar a total solidariedade com a luta e resistência dos ucranianos na defesa da sua terra, do seu país e do seu povo;-----

----- Três. Afirmar o reconhecimento ao direito inalienável à soberania, e independência política e territorial da Ucrânia;-----

----- Quatro. Reforçar as palavras do Estado Português pela voz do Primeiro-Ministro de solidariedade com a comunidade ucraniana residente em Portugal e a disponibilidade para acolher e apoiar quem queira vir para o nosso país e para o nosso concelho;-----

----- Cinco. Efetuar um minuto de silêncio em memória de todas as vítimas deste conflito.

-----Seis. Que seja enviada ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente da Assembleia da República, à Embaixada da Ucrânia em Lisboa, à Embaixada da Federação Russa em Lisboa, à Representação da União Europeia em Portugal e publicada no sítio da Assembleia Municipal:” -----

3.5.1. VOTAÇÃO – ADMISSÃO DA “MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A INVASÃO DA UCRÂNIA PELA FEDERAÇÃO RUSSA”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação a admissão desta Moção, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e António Fazenda Coimbra), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira



at

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Marques), um do Grupo Político Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- A Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 25/2022** -----

----- **ADMISSÃO DA “MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A INVASÃO DA UCRÂNIA PELA FEDERAÇÃO RUSSA”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Inovar União Algés, um do Grupo Político Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo, admiti-lo a discussão. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.6. VOTO DE PESAR POR TODAS AS VÍTIMAS DA GUERRA RÚSSIA-UCRÂNIA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN-----

----- “Aproveito e vou ler também o Voto de Pesar do PAN, apesar de não ser uma moção, mas vou ler também, porque se insere no mesmo espírito do que temos estado a ler aqui.

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, leu o Voto de Pesar referido em título, que a seguir se transcreve:-----

-----“Na noite de vinte e quatro de fevereiro, enquanto muitos de nós dormíamos, a Ucrânia sangrava com a invasão russa. Esta invasão ficará manchada nas páginas da nossa história coletiva. "Enquanto o ser humano resolver os seus conflitos com recurso à guerra continuará a viver na pré-história, por mais avanços tecnológicos que faça." (Pepe Mujica). -----

-----É com profundo pesar para a história Europeia, para a comunidade internacional e para os direitos humanos que, mais uma vez, percebemos que a paz e a estabilidade social nunca estão garantidas. "A guerra é um lugar onde jovens, que não se conhecem e não se odeiam, se matam, por decisões de velhos que se odeiam, mas não se matam" (Erich Hartman). -----

-----Repudiamos os atos hostis e bélicos da Rússia para com o povo da Ucrânia e manifestamos a vontade de que a via diplomática não esteja totalmente inviabilizada. "Apenas quando educarmos para cooperarmos e sermos solidários, estaremos a educar para a paz" (Maria Montessori). -----

-----Assim, o PAN - Pessoas - Animais - Natureza, propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras delibere realizar um minuto de silêncio em solidariedade com o povo da Ucrânia e todas as vítimas desta guerra, apelando ao restabelecimento da paz.” -----

3.6.1. VOTAÇÃO-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota



cu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e António Fazenda Coimbra), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- A Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 26/2022** -----

----- **VOTO DE PESAR POR TODAS AS VÍTIMAS DA GUERRA RÚSSIA-UCRÂNIA, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do

Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Inovar União Algés, um do Grupo Político Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo, realizar um minuto de silêncio em solidariedade com o povo da Ucrânia e todas as vítimas desta guerra, apelando ao restabelecimento da paz. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.7. VOTAÇÃO - “MOÇÃO PELA PAZ”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício submeteu à votação esta Moção, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e António Fazenda Coimbra), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques), um do Partido Pessoas-



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). - -----

----- A Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias), não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 27/2022** -----

----- **“MOÇÃO PELA PAZ”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Inovar União Algés, um do Grupo Político Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo, aprovar o documento referido em título, devendo o mesmo ser comunicado ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro Ministro, à Embaixada da Ucrânia, em Lisboa, à Embaixada da Federação Russa em Lisboa, à Embaixada do Estados Unidos da América, em Lisboa, à Representação da Comunidade Europeia em Portugal, bem como ser publicado no sítio da Assembleia Municipal e em, pelo menos, um jornal diário de expansão nacional. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.8. VOTAÇÃO - MOÇÃO PELA PAZ E CONCÓRDIA ENTRE OS POVOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício submeteu à votação esta Moção, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e António Fazenda Coimbra), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-- -----

-----A Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S.



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias), não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 28/2022**-----

-----**MOÇÃO PELA PAZ E CONCÓRDIA ENTRE OS POVOS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PSD**-----

----- O Senhor Presidente em exercício submeteu à votação esta Moção, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Inovar União Algés, um do Grupo Político Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo, manifestar a sua condenação pela invasão da Ucrânia pela Federação Russa, e demonstrar solidariedade para com aqueles que sofrem e são vítimas desta agressão, exigindo o fim das hostilidades e o restabelecimento da Paz, bem como manifestar todo o apoio à Câmara Municipal de Oeiras para que esta desenvolva todas as démarches, consideradas úteis e necessárias, para, através da sua ação, disponibilizar este território para acolher todos aqueles que fogem da guerra e cooperar na ajuda humanitária, em articulação com o Estado português e ainda que a Moção seja remetida à Câmara Municipal de Oeiras, à Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas, à Representação da União Europeia em Portugal, à Presidência da República, ao Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Embaixada da Ucrânia em Portugal, Embaixada da Federação da Rússia em Portugal, às Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras, ao Conselho Português para a Paz e Cooperação, à Associação dos Ucrânicos em Portugal e às Associações e instituições do Concelho de Oeiras.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.9. VOTAÇÃO - “MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A INVASÃO DA UCRÂNIA PELA FEDERAÇÃO RUSSA”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação esta Moção, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e António Fazenda Coimbra), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas (Inigo



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). - -----

----- A Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 29/2022** -----

----- **“MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A INVASÃO DA UCRÂNIA PELA FEDERAÇÃO RUSSA”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Inovar União Algés, um do Grupo Político Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Inovar Porto Salvo: -----

----- Um - Condenar veementemente a invasão da Ucrânia pela Rússia;-----

----- Dois - Afirmar a total solidariedade com a luta e resistência dos ucranianos na defesa da sua terra, do seu país e do seu povo;-----

----- Três - Afirmar o reconhecimento ao direito inalienável à soberania, e independência política e territorial da Ucrânia;-----

----- Quatro - Reforçar as palavras do Estado Português pela voz do Primeiro-Ministro de solidariedade com a comunidade ucraniana residente em Portugal e a disponibilidade para acolher e apoiar quem queira vir para o nosso país e para o nosso concelho;-----

----- Cinco - Efetuar um minuto de silêncio em memória de todas as vítimas deste

conflito.-----

-----Seis - Que seja enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, à Embaixada da Ucrânia em Lisboa, à Embaixada da Federação Russa em Lisboa, à Representação da União Europeia em Portugal e publicada no sítio da Assembleia Municipal.- -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.10. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez o seguinte esclarecimento: -----

-----“Senhor Presidente, era só para informar que a nossa Recomendação, relativamente ao Dia da Mulher, também inclui um minuto de silêncio. -----

-----Se calhar, fazíamos tudo depois no fim ou então dois minutos de silêncio, não sei.”--

-----O Senhor Presidente da A.M. em exercício, respondeu o seguinte: -----

-----“Desculpe...-----

-----Iremos fazer então a votação em separado e iremos, depois, fazer o minuto de silêncio depois de lida a Moção do Dia Internacional das Mulheres.”-----

3.11. MOÇÃO – “DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, leu a Moção referida em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Há quarenta e sete anos, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher como símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do mundo desde o final do século XIX. O dia oito de março tomou-se um marco mundial na história da emancipação das mulheres, mas é também um dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda são negados a todas.-----

-----O que começou como uma reivindicação por direitos de cidadania e pelo direito ao



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

voto das mulheres, firmou-se como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades. -----

----- Em Portugal, as mulheres têm hoje não só direito ao voto sem restrições como direito à interrupção voluntária da gravidez segura. São maioritárias no ensino superior, integram em força o mercado de trabalho e conquistaram a representação política.-----

----- Quase cinco décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas as desigualdades estruturais persistem em várias esferas da vida, nomeadamente, mantendo-se a sub-representação política feminina, criando uma linha divisória entre “elas” e “eles”, espelhando uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é o sistema patriarcal dominante. -----

----- Aqui e em todo o mundo, permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na reforma. Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Mantêm-se a naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de intimidade. São as mulheres as principais vítimas de tráfico, exploração sexual e violação e a justiça machista insiste em desvalorizar a violência, desculpar agressores e responsabilizar as vítimas. Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações e, por isso, esta deve ser uma luta interseccional e internacional. -----

----- Por todas as mulheres, e com todas as mulheres, o objetivo da Igualdade exige o combate à cultura machista instalada e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis estereotipados e a opressão sobre as mulheres. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida a oito de março de dois mil e vinte e dois, saúda o Dia Internacional das Mulheres, celebra as conquistas alcançadas e reafirma

as lutas que ainda falta travar.” -----

3.11.1. VOTAÇÃO – ADMISSÃO DA MOÇÃO - “DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação a admissão desta Moção, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e António Fazenda Coimbra), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com uma abstenção do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques). -----



CG

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 30/2022** -----

-----**ADMISSÃO DA MOÇÃO - “DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES”,
APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com uma abstenção do Partido Chega, admiti-lo a discussão. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**3.11.2. VOTAÇÃO - MOÇÃO - “DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES”,
APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO**-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação esta Moção, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira,

Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e António Fazenda Coimbra), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Camaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com uma abstenção do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques). -----

-----A Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 31/2022** -----

-----**MOÇÃO – “DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO -----**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática



Ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com uma abstenção do Partido Chega, saudar o Dia Internacional das Mulheres, celebrar as conquistas alcançadas e reafirmar as lutas que ainda falta travar.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

3.12. RECOMENDAÇÃO – “DIA INTERNACIONAL DA MULHER”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, leu a Moção referida em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “O objetivo por detrás da origem do Dia Internacional da Mulher é recordar as conquistas das mulheres e a luta contra o preconceito, seja racial, sexual, político, cultural, linguístico ou económico, mas não me desejem feliz dia da mulher se tentam resumir este dia a bombons e calarem a nossa revolta com flores. -----

----- Não me desejem feliz dia da mulher quando nos continuam a perguntar como conseguimos gerir família e trabalho, mas a um homem ninguém faz essa pergunta!-----

----- Não me desejem um feliz dia da mulher enquanto a igualdade salarial não for uma realidade! - -----

----- Não me desejem feliz dia da mulher quando, em Portugal e no Mundo, ainda existe tráfico de mulheres, violência obstétrica, bem como mutilação genital feminina! -----

----- Não me desejem um feliz dia das mulheres enquanto no meu corpo não vigorarem as minhas regras! -----

----- Não me desejem feliz dia da mulher quando continuamos a precisar de políticas públicas que garantam o fim da desigualdade! -----

-----Não me desejem feliz dia das mulheres quando a violência doméstica continua a ser um flagelo e a violência no namoro tem vindo a crescer! -----

-----Não me desejem feliz dia das mulheres enquanto o Não! não significar mesmo NÃO!!! -----

-----Feliz dia da mulher seria não ter no calendário datas como a de ontem (Dia de luto nacional pelas vítimas de violência doméstica ou o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra Mulher a vinte e cinco de novembro). -----

-----Feliz dia da mulher seria não precisar de evocar este dia, até lá, continua a ser mais um dia de Luta!-----

-----E porque há ainda um longo caminho a percorrer para a erradicação da violência e das desigualdades, o PAN – Pessoas - Animais - Natureza, propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras delibere realizar um minuto de silêncio em solidariedade com todas as Mulheres vítimas destas situações.”-----

3.12.1. VOTAÇÃO -----

-----O Senhor Presidente em exercício submeteu à votação esta Recomendação, a qual foi aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Social Democrata



ey

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e António Fazenda Coimbra), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com uma abstenção do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques).-----

----- A Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 32/2022** -----

----- **RECOMENDAÇÃO – “DIA INTERNACIONAL DA MULHER”,
APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título, e deliberou por maioria com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com uma abstenção do Partido Chega, realizar um minuto de silêncio em

solidariedade com todas as Mulheres vítimas das mais variadas situações.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----**Foi feito um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da guerra na Ucrânia e em solidariedade com todas as mulheres, pelo Dia Internacional da Mulher**-----

3.13. O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) disse o seguinte:-----

-----“A todos os meus cumprimentos, hoje especialmente dirigidos às mulheres que neste parlamento se encontram presentes.-----

-----O Vinte e Cinco de Abril trouxe a todos nós portugueses a liberdade mas, trouxe às mulheres mais do que isso: trouxe direitos, direitos esses que, naturalmente, têm vindo progressivamente (ainda que de forma lenta) a evoluir favoravelmente no sentido de um equilíbrio que se pretende, que se deseja, e que naturalmente se apoia. Muito há ainda a fazer, mas, comparando a situação em Portugal com as situações que existem noutras partes do mundo, nós somos um oásis (apesar de tudo), nesta análise.-----

-----Mas hoje, neste dia especial que a ONU reconheceu em oito de março de mil novecentos e setenta e sete, há que ter uma palavra especial para todas as mulheres que no mundo sofrem. Aquelas que, como na Ucrânia, deixam os seus filhos (ou melhor, deixam os seus maridos), trazem os seus filhos sozinhas, palmilham quilómetros para os defender e se defenderem a elas, sabendo que muitas delas, provavelmente, ao regressarem não encontrarão aqueles que um dia as deixaram na fronteira.-----

-----Homenagear todas as mulheres que na Índia, na África, na América Latina e em muitas outras partes do mundo, sofrem e lutam pelos seus direitos. -----

-----O PSD não apresentou aqui uma moção porque entendeu dever, de viva voz, fazer essa homenagem para que em letra de forma fique a constar... e naturalmente que está de acordo com o conteúdo das mesmas mas, mais do que isso, não queria deixar de expressar aqui, de viva



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

voz, este seu desejo de que o futuro seja melhor para todas as mulheres deste mundo, porque, como há quem diga: “O mundo é constituído por cinquenta por cento de mulheres e os outros cinquenta por cento são os filhos das primeiras.” -----

3.14. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte:-----

----- “O Dia Internacional da Mulher é o dia em que lembramos ao mundo que a igualdade é um desejo e não é uma realidade. Num passado não muito remoto, a Constituição de trinta e três estabelecia um compromisso entre um Estado democrático e um Estado autoritário, mas a prática política conduziu a uma rápida evolução para o Estado autoritário.-----

----- Os direitos e as garantias individuais dos cidadãos previstos nesta Constituição (designadamente a liberdade de expressão, reunião e associação), eram então regulados por leis especiais. O artigo quinto da Constituição de trinta e três refere que “O Estado português é uma República unitária e corporativa” e no seu ponto único acrescentava que “A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido nos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio do nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo ou condição social, salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e, quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das coisas”.-----

----- Enquanto em diferentes partes do mundo, as lutas pela libertação da mulher, pelo direito ao voto, por salários iguais iam acontecendo e marcando a agenda política, em Portugal vivia-se um momento em que a Constituição da República Portuguesa ditava que as mulheres estavam condicionadas pela sua natureza biológica e pelo dever de bem gerir a família.-----

----- A existência de movimentos e associações que, ao longo do tempo, foram encerrados por decreto do Estado Novo e substituídas por outras que se encontravam alinhadas com as preocupações políticas da época, retiraram capacidade de organização formal, limitando estes espaços a lugares clandestinos, em que as preocupações eram outras. Se pudermos e se podemos

compreender que, em tempo de ditadura, a maior preocupação fosse a de adquirir a liberdade, já não é aceitável que essa luta, feita na clandestinidade, apagasse as mulheres, remetendo-as sempre para tarefas de menor importância, e sem que lhes fosse dado um papel relevante. O seu papel de militantes era, sempre, de subordinação. Cito Maria Cecília Ferreira Alves: “E eram poucas as mulheres na atividade política. Eles querem sempre que nós lhe lavemos os tachos e façamos a cama. As mulheres do partido eram mulheres para todo o serviço. Eram raras as mulheres que faziam trabalho de rua. Eram todas donas de casa.”-----

-----Não deixa de ser surpreendente, e até triste, que as mulheres nos relatos que se podem encontrar na literatura tenham compreendido (e até aceite), que o seu papel seria o da domesticidade na clandestinidade, em vez do poder do pensamento, da organização, na atividade ou mesmo no uso da palavra na luta contra o regime, contra as desigualdades e contra as desigualdades de género. -----

-----Esta geração, a geração dos meus pais que combateu a ditadura, acabou por transportar esta cultura. O Estado Novo usou todos os instrumentos que tinha na sua mão para passar a imagem de como se deveriam comportar as mulheres, e de como se deviam organizar famílias. Salazar fazia questão, nos seus discursos, de clarificar o seu entendimento sobre o papel correto e adequado, que queria que as mulheres tivessem. -----

-----Esta cultura, esta forma de estar e este pensamento teve, naturalmente, repercussões nas gerações seguintes no que toca às questões da igualdade de género. Só assim se pode explicar o longo e difícil caminho que se tem percorrido de abril de setenta e quatro até aos dias de hoje, em que ainda se constata que a sociedade portuguesa é profundamente misógina. -----

-----Se a história nos explica como aqui chegámos e o tempo que levámos para aqui chegar, também nos diz que um conjunto de mulheres e de homens fizeram diferente. Foram as mulheres e homens feministas deste país que permitiram que o silenciamento acabasse, ou se preferirmos, foram as mulheres e os homens feministas que iniciaram a transformação da nossa



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sociedade, numa sociedade cada vez mais justa e mais igualitária.-----

----- Mas quando falamos da nossa história, é inevitável olhar para a história dos outros países, para o passado, para o presente e para o que se passa aqui, ao nosso lado. Aqui mesmo ao nosso lado. -----

----- Neste dia, o dia oito de março de dois mil e vinte e dois, é o dia em que muitas mulheres fogem da guerra com os filhos pela mão, com os seus pais pela mão, com os seus familiares portadores de deficiência pela mão, numa tentativa desesperada de procura de liberdade. Este, é um momento triste. É o momento em que sabemos que os direitos humanos e as desigualdades aumentam fortemente, num mundo em que não se pode fechar as portas a todos os que querem ser livres e que com isso querem ser tratados com igualdade. -----

----- Afinal, é disso que se trata: liberdade, fraternidade e igualdade.”-----

3.15. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) referiu o seguinte: -----

----- “A tragédia humanitária provocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, tem desencadeado uma generalizada onda de solidariedade que merece um especial destaque. Quer tendo origem em iniciativas individuais, em movimentos organizados de cidadãos ou em instituições de cariz social, temos assistido a gestos solidários de especial relevância. -----

----- Neste pano de fundo, em que a espontaneidade tem presidido às múltiplas ações, cabe à Autarquia uma responsabilidade distinta, quer ao nível da especificidade da prestação de apoios, quer da sua coordenação. -----

----- Neste sentido, importa referir que o Município de Oeiras estabeleceu os contactos necessários com entidades de reconhecida intervenção no terreno do conflito (do terreno de guerra), o que lhe permitiu obter uma informação correta sobre os bens e produtos prioritários, informação que foi transmitida aos vários atores, que têm procedido à recolha destes bens e produtos. Foram, neste sentido, identificados os contactos privilegiados para a entrega destes produtos e estabeleceu-se a necessária colaboração com as entidades da sociedade civil para a

entrega dos produtos nas juntas de freguesia e nas cooperações de bombeiros. Centralizou-se a recolha destes produtos no terminal rodoviário de Paço de Arcos, para o processo de triagem e embalamento prevendo-se que, no final desta semana, estejamos em condições de enviar bens para a Ucrânia. -----

-----Prevendo que o afluxo de refugiados que não tenham apoio direto familiar em Portugal atinja também o Concelho de Oeiras e estando a ser equacionadas outras respostas para um maior número de pessoas, o Município tem já disponível alojamento para trinta pessoas, distribuído por várias instalações do Município e ainda, também, por unidades hoteleiras no âmbito da responsabilidade social, caso em que merece destaque, pela manifestação de interesse, por parte do Hotel Real Oeiras. -----

-----Hoje mesmo, Oeiras, o único Concelho da Área Metropolitana de Lisboa que tem condições para garantir alojamento individualizado, recebe a primeira família, constituída por uma senhora, uma mulher e quatro crianças (crianças de seis meses, dois anos, quatro anos e sete anos). Volto a referir, crianças que necessitavam de um alojamento individualizado, dado o seu precário estado de saúde (no caso concreto, de doença contagiosa), que não permitia que fossem recebidos em alojamento coletivo, vulgarmente designado por “camaratas”. -----

-----Há que salientar, ainda, a manutenção de uma linha de apoio telefónico para informação, apoio e encaminhamento de situações de ordem psicossocial, que funciona das nove às dezanove horas e a criação de um endereço eletrónico oeirasapoiaaucrania@oeiras.pt para a colocação de questões e pedidos de informação sobre o acolhimento de refugiados em Oeiras. ---

-----De salientar ainda, também, o contributo de cerca de cem voluntários já registados cuja atividade se tem revelado bastante importante para o apoio ao processo de recolha e armazenamento dos bens, pelo que os interessados em participar nesta atividade poderão inscrever-se, também, através do endereço eletrónico bvoluntariado@oeiras.pt. Naturalmente, espera-se (e deseja-se) que este programa seja suficientemente maleável para que possa adaptar-



e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

se à evolução da tragédia humana, que envolve toda a Europa. Estamos certos de que, com este Executivo, isso acontecerá e ocorrerá certamente.”-----

3.16. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

----- “O tema é “Mostra de Teatro Escolar de Oeiras”. -----

----- Projeto fantástico, envolvente e dinamizador. -----

----- O teatro, o seu ambiente e as pessoas nele inseridas, abre portas para um mundo de possibilidades e descobertas, despertando a paixão por diversos temas com os quais dificilmente teríamos contacto fora dos palcos.-----

----- Vale a pena lembrar que o autoconhecimento é um trabalho contínuo já que estamos constantemente em evolução e a sua importância é vital, pois as experiências são essenciais para que nos possamos conectar com o mundo exterior, interior e, conseqüentemente, conhecer melhor a nós mesmos.-----

----- O teatro traz conhecimento e sem o autoconhecimento, é impossível evoluir. Fantástico. -----

----- Em Oeiras, com o Programa Mostra do Teatro Escolar de Oeiras, com vários núcleos ativos em várias escolas, as crianças aprendem a identificar novas habilidades, a aumentar a sua autoestima e segurança, a desenvolverem a sua autodisciplina, têm vivência de novas experiências e descobrem novos gostos e interesses. Fantástico, envolvente e dinamizador. Grandes benefícios para o seu desenvolvimento, o teatro nas escolas. -----

----- Mais um projeto concretizado na luta por cada vez melhor educação. A C.M.O. vai no bom caminho, em termos de educação em Oeiras.-----

----- O IN-OV quer e trabalha para os melhores alunos e educação em Oeiras, porque a educação é o melhor instrumento para combater as desigualdades sociais e possibilitar, a todos, condições de reconhecimento e participação plena na vida da sociedade.-----

----- Só com pessoas educadas podemos imaginar um futuro melhor, mais próspero e mais

justo. Investir na educação, é moldar o futuro. Em Oeiras, o IN-OV e este Executivo comprometem-se a continuar a criar melhores condições para que todos os alunos de Oeiras possam rumar a um futuro de sucesso, tornando-se trabalhadores competentes, empreendedores e determinados, cidadãos responsáveis e participativos. Queremos que todos os alunos tenham sucesso e que nunca nenhum fique para trás.-----

-----Parabéns. Devemos todos estar orgulhosos disto e apoiar todas as boas iniciativas educativas a bem das nossas crianças e jovens, para um mundo melhor e, se possível, sem guerras. ---- -----

-----Viva a iniciativa “Mostra de Teatro Escolar de Oeiras”. -----

-----O segundo tema é: mais quatrocentos e quarenta ossários em Oeiras. -----

-----Gostei de saber que a C.M.O. também se preocupa com os nossos entes queridos falecidos e que andam a discutir para ver se encontram uma boa solução técnica para a obra de mais quatrocentos e quarenta ossários, no cemitério de Oeiras. Apesar deste cemitério ter sido aumentado substancialmente, já nos debatemos com a falta de espaço em Oeiras. Cada vez vivem mais cidadãos em Oeiras, o nosso aumento significativo da população é evidente, o que faz, também, evidentemente, mais população a falecer em Oeiras. É um problema sério em Oeiras, muito sério.-----

-----No meu caso pessoal, tenho lá os meus queridos pais e os meus sogros. Os meus pais, embora nascidos em Portugal, viviam em Moçambique e, com o Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro vieram residir para Oeiras onde, muitos anos depois, faleceram. Os meus sogros, oriundos ambos de Vendas Novas, Alentejo, cedo vieram para Oeiras onde se instalaram em Nova Oeiras e, desde janeiro deste ano, também o meu sobrinho, nascido na ex maternidade de Oeiras, adquiriu uma casa em Oeiras. Tudo gente ativa, participativa, dinâmica, residente em Oeiras. Hoje os meus pais e sogros repousam, todos eles, no cemitério de Oeiras.-----

-----Parabéns Doutora Joana Baptista e Doutora Susana Duarte pela vossa sensibilidade



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

por tentarem zelar, dentro do possível, pelos nossos entes queridos lá instalados. É necessário, sim, mais ossários em Oeiras, a população de Oeiras agradece. -----

----- Finalmente, queria falar de um cruzamento, que são as viaturas na entrada e saída de Oeiras. As viaturas que entram na marginal e entram em Oeiras, as viaturas que entram na marginal, que viram e param para as bombas da gasolina, mais as viaturas que vêm de Oeiras e viram para o McDonald's, as viaturas que vêm de Oeiras e seguem e param nas bombas de gasolina, mais as viaturas que vêm de Oeiras e seguem e saem para a marginal. -----

----- Conseguem imaginar um ponto comum nesta avenida, paralela a tudo isto, no rio? Pois tudo ficou estagnado, tudo buzina, tudo estava nervoso. Eu, por acaso, não, porque estacionei do outro lado do rio. Observo no local muitas obras e mais obras, obras que não acabam. Questiono: está previsto para quando a resolução deste grave problema rodoviário em Oeiras? O que está projetado? O que está previsto, se estará prevista mais área para estacionamento exclusivo para os estafetas da Uber e outros nomes tais? Eles nem têm onde estacionar as suas motas e as viaturas, quando vão satisfazer as encomendas ao McDonald's. -----

----- Gostaria, pois, de ser esclarecida, pelo Senhor Presidente ou pelo Senhor Vice-Presidente, a todas estas questões e outras, que achem pertinente informar, também, esta Assembleia. -----

----- Tudo dito. Feliz Dia da Mulher, paz na Ucrânia.” -----

3.17. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras colocará as seguintes questões: -----

----- A primeira, é referente a uma ilegalidade praticada. -----

----- A sentença do Tribunal Administrativo Fiscal de Sintra, de trinta de dezembro de dois mil e dezanove, declarou a anulação da deliberação da Câmara Municipal de Oeiras da aprovação de uma alteração da licença da operação de loteamento, que autorizava a divisão de

um lote em dois, na Urbanização de São Januário, bem como a nulidade do despacho do atual Vice-Presidente que, a seis de janeiro de dois mil e dezanove, aprovou a licença de construção em violação das regras de loteamento e do procedimento administrativo, legalmente estipulado. -

-----Questionamos, assim, porque é que a sentença ainda não foi executada e vimos, ainda, requerer a esta Assembleia Municipal o acesso a todo o procedimento de licenciamento que se seguiu e questionar de que forma o mesmo se conforma, com a dita sentença.-----

-----A segunda questão é referente a perigo para cidadãos.-----

-----Ocorre, neste momento, uma situação de alguma gravidade na Rua Sacadura Cabral, na Cruz Quebrada, onde decorre uma obra recente. Não foram garantidas as acessibilidades aos peões, pelo que os mesmos têm de recorrer à passagem na estrada para poder circular. A obra coloca, assim, em risco a segurança de centenas de pessoas que se deslocam a pé nessa mesma rua. Neste momento, nesse local, verifica-se o seguinte: de um lado, o passeio está ocupado com o taipal de uma obra e, do outro, o passeio da rua não cumpre as larguras mínimas legais, estipuladas na legislação aplicada. As pessoas não circulam sem ter de passar na faixa de rodagem. Pedimos à C.M.O. que verifique com a máxima urgência a situação que já permitiu o seu licenciamento, e pedimos a verificação do decreto-lei cento e sessenta e três de dois mil e seis, que não está a ser cumprido.-----

-----A terceira questão é sobre uma instituição relevante do nosso Concelho.-----

-----O Sport Algés e Dafundo é um emblema histórico do nosso Concelho (campeão nacional em dez modalidades e cinquenta e quatro presenças em três edições dos jogos olímpicos), certamente motivo de orgulho, não só para as gentes de Algés e do Dafundo, mas, também, para todas as gentes do Concelho. Foi-nos colocada a preocupação de existir uma hipótese deste clube histórico ter de abandonar as suas instalações e gostaríamos de saber o seguinte: primeiro, qual é a opinião do Executivo sobre a permanência das instalações do Algés e Dafundo no local onde está atualmente e, segundo, se o Executivo pretende que o SAD passe a



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ter novas instalações e onde serão elas.”-----

3.18. A Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV) disse o seguinte:-----

----- “Hoje, assinala-se o Dia Internacional da Mulher, um dia que diz respeito não apenas às mulheres, mas a toda a sociedade.-----

----- A igualdade de género é um direito fundamental e reconhecido, no entanto, a existência das desigualdades continua a persistir e o Dia Internacional da Mulher continua a fazer sentido. Igualdade de género pressupõe que os homens e as mulheres tenham as mesmas oportunidades, os mesmos direitos e os mesmos deveres, no entanto, verificamos que: o desemprego afeta mais as mulheres que os homens (embora esta diferença se venha a esbater); a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal é mais dura e mais exigida às mulheres; os cuidados de crianças doentes e idosos recaem predominantemente sobre as mulheres; as mulheres e raparigas estão sujeitas a mais estereótipos sociais, face àqueles que se associam aos homens; as desordens alimentares como a anorexia e a bulimia afetam mais raparigas que rapazes; de acordo com os dados da OMS (Organização Mundial de Saúde) a obsessão com o corpo e a pressão social e mediática afeta mais as raparigas, fruto do ideal de beleza e de uma objetificação secular; as mulheres e as crianças são as grandes vítimas de exploração sexual; o crime mais comum em Portugal é o crime da violência doméstica sexual, cometido contra as mulheres; os jovens mais penalizados são justamente as raparigas e, de acordo com o PORDATA, o número médio de vítimas de violência doméstica é de oito mil setecentas e vinte vítimas por ano, vinte e quatro vítimas por dia. Meus Senhores, neste exato momento, está a ser espancada uma mulher e dizer que há uma diferença muito grande entre a penalização do agressor e a defesa das mulheres. O salário, para as mesmas funções, é mais elevado para os homens do que para as mulheres (a diferença de salários médio é de cento e cinquenta euros) mas, no entanto, os dados revelam que, entre os dezoito e os vinte e quatro anos, abandonam menos as escolas as raparigas, do que os rapazes. As mulheres ultrapassaram os homens nas

matrículas no ensino superior e no número de doutoramentos, mas, paradoxalmente ou por ironia, querendo aumentar o índice de natalidade, penalizam as carreiras das mulheres por engravidarem ou por manifestarem o desejo de ter filhos.-----

-----As mulheres contribuem para a economia através do trabalho não remunerado realizado em casa, mas, estas tarefas são sistematicamente desvalorizadas. Não me lembro de ouvir a expressão “A minha mulher ajuda-me imenso em casa”, mas, já a expressão contrária “Ajudo imenso a minha mulher” ainda se ouve frequentemente. De resto, esta partilha de tarefas e divisão do tempo no cuidado com a família parece-me ser ainda uma partilha superficial, mais fruto da pressão social, do que propriamente de uma consciência profunda e coletiva. Precisamos de práticas mais enraizadas, com uma identidade coletiva que resiste à passagem do tempo e à fluidez das tendências. -----

-----A segregação está presente nos mais diversos níveis, limitando a integração em determinadas categorias profissionais, tanto a homens como a mulheres e, aqui, falamos naturalmente da sub-representação dos sexos. A sub-representação é uma realidade, não obstante as habilitações académicas, as competências ou vocações profissionais. A discriminação positiva é só e apenas um instrumento, mas a discriminação não se mede apenas pelas quotas, mede-se sobretudo pelos comportamentos e pelas mentalidades reiteradas. Um homem, se for contundente, é combativo e aguerrido. Se uma mulher for contundente, ou é agressiva ou é histérica. A participação plena e efetiva das mulheres na vida pública e política, na tomada de decisões e na liderança, é crucial. As mulheres nas direções partidárias são um sinal de progresso, de uma sociedade mais inclusiva, mais justa, mais combativa, mais plural e mais democrata. Portanto, os números dados pela estatística e pelos estudos comparativos não chegam. Não basta medir, é preciso promover medidas concretas. A correção de uma sociedade desigual só pode ser corrigida com o envolvimento de todos – homens e mulheres – numa transformação que é necessária e tem que ser rápida. -----



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Termino, Senhor Presidente, citando o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres: “As mulheres e raparigas têm também de enfrentar séculos de misoginia e de impedimento às suas realizações. São ridicularizadas, acusadas de serem histéricas ou hormonais, frequentemente julgadas pela sua aparência, sujeitas a infinitos mitos e tabus sobre as funções naturais dos seus corpos. Todos os dias são confrontadas com sexismo, condescendência masculina e acusação de vitimização. Em todo o mundo, a situação das mulheres é pior que a dos homens pelo simples facto de serem mulheres. A realidade é ainda pior para as mulheres que pertencem a minorias, a mulheres idosas, mulheres portadoras de deficiência, migrantes e refugiadas.” -----

----- Deixo, Senhor Presidente, uma palavra às mulheres ucranianas, que enfrentam uma guerra terrível e bárbara e combatem, de modo diferente, mas igual, protegendo as suas famílias.

----- Aproveito para dizer que Oeiras receberá, hoje, aquelas que chegam ao Concelho no grupo de refugiados da Ucrânia e que serão recebidos atenta e solidariamente.” -----

3.19. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) observou o seguinte: -----

----- “Neste quadro de guerra a que vimos assistindo há muitos efeitos (também em Portugal) e um deles tem a ver com a interrupção da cadeia logística, à escala mundial. Se atendermos a que o registo da Madeira tem setecentos e vinte navios e dentro desses setecentos e vinte navios, por números da EMSA (Agência Europeia da Segurança Marítima), que está no Cais do Sodré, o primeiro contingente de oficiais, quatro mil são ucranianos e o terceiro contingente é russo, com dois mil oficiais. É neste quadro de referência que pode levar (e já está a levar) a consequências muito difíceis, de garantir o comércio internacional pelo transporte marítimo, que o Governo português traz uma decisão muito importante para o Concelho de Oeiras ganhar, também, uma responsabilidade acrescida. -----

----- Trata-se de criar o Blue Hub School para responder à falta de profissionais para os setores do mar em geral em que, por decisão do Ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, vai

afetar a Oeiras a sede da formação de mestrança e marinhagem através do FOR-MAR e, também, vai valorizar a formação de oficiais pela Escola Náutica. Fala-se aqui em quinze milhões de euros de investimento, o que quer dizer muita coisa porque basta dizer que o orçamento da escola regular, é apenas de dois milhões de euros. -----

-----A Câmara Municipal de Oeiras está envolvida neste projeto com o Governo (e bem) e, de facto, é um trabalho que ganha uma importância muito grande neste quadro de referência, em que vai haver dificuldades de rendição das tripulações, de pagamentos às tripulações, o sistema swift, toda aquela situação que envolve particularmente aqueles oficiais, que muitos deles já não têm cabeça nos navios e estão a atender àquilo que se passa na sua terra, neste caso na Ucrânia. -----

-----Queríamos, também, aproveitar para colocar uma preocupação que a Comissão dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras nos fez chegar, que tem a ver com uma pergunta, com a abertura de concursos procedimentais, para os dirigentes que se encontram numa situação de substituição. Fala aqui neste ofício, que nos fez chegar a Comissão de Trabalhadores, de setenta e oito dirigentes, alguns há muitos anos nesta condição, quando a lei prevê que ao fim de sessenta dias de substituição, se deve desenvolver um processo concursal, para dar estabilidade a estes trabalhadores. Agradecia, se fosse possível, que a Câmara me pudesse dar alguma indicação sobre isto e fazia chegar à Mesa o próprio ofício da Comissão de Trabalhadores que já tinha manifestado, numa reunião que teve com a CDU esta preocupação, juntamente com aquela outra das instalações dos trabalhadores que estão em Paço de Arcos e que estavam em curso para ir para novas instalações, em Porto Salvo. -----

-----Obrigado, Senhor Presidente.” -----

3.20. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) referiu o seguinte:-----

-----“A guerra na Ucrânia:-----

-----O mundo tem sido confrontado com desafios complexos que colocam em causa a



2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

nossa segurança e, neste momento, como todos sabem e veem em direto diariamente, está a decorrer uma guerra, da Rússia contra a Ucrânia, um país legítimo e soberano. Como é possível, nos dias de hoje, em pleno século vinte e um, invadirem um país soberano, entrarem tanques e todo aquele armamento para assassinares homens, mulheres e crianças inocentes, onde se veem cadáveres na rua, casas a arder, sem água, sem luz, sem comida, pessoas em desespero e encurraladas, não sabendo por onde fugir? Que triste ver estas imagens e quem as sente no terreno... uma tristeza profunda e revoltante. Porque um homem louco e ditador, de nome Vladimir Putin se lembrou de pensar: “Eu também quero mandar em toda aquela área da Ucrânia”. - -----

----- Oeiras, mais uma vez, está atenta aos acontecimentos e logo delineou um plano municipal de apoio ao povo ucraniano em que prevê várias medidas como, por exemplo, a congregação dos esforços locais, a recolha de produtos e bens pelas freguesias, para o que os bombeiros, PSP... E também estão previstas, entre outras medidas de possível atuação como, por exemplo, dispor e acolher até cem refugiados e disponibilizar os refeitórios do Município, a instalação de camas nos pavilhões e, também, instalar um centro de recolha de bens de primeira necessidade. -----

----- Muito bem Senhor Presidente Isaltino Morais, e todo o seu Executivo.-----

----- Faço aqui um apelo: para que neste Concelho tudo corra de forma organizada e para que a ajuda chegue a quem precisa, solicita-se às entidades locais que queiram participar, que contactem os serviços sociais da Câmara Municipal de Oeiras, através dos telefones: dois um quatro quatro zero oito sete quatro zero ou dois um quatro quatro zero oito cinco um nove. -----

----- Parabéns C.M.O. por, mais uma vez, estar atenta aos acontecimentos e, desde logo, também colaborar neste esforço coletivo de apoiar os refugiados ucranianos. -----

----- Paz na Ucrânia.” -----

3.21. O Senhor Deputado Vítor Marques (PSD) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente, se me permite... -----
-----Apesar da situação já ter sido abordada pela CDU, contudo, cumpre-nos também a nós, questionar o Senhor Presidente, para que questione por sua vez o Executivo, relativamente à questão levantada há pouco, que tem a ver com a substituição de trabalhadores enquanto dirigentes intermédios, quer de primeiro, quer de segundo grau.-----
-----Assim sendo, e porque já tem essa missiva na sua posse (embora também a possamos encaminhar para os serviços e para o Senhor Presidente, se assim o desejar), queríamos questionar, efetivamente, se aquilo que consta da missiva corresponde à verdade e se corresponde à verdade, o que é que está previsto ser feito e se efetivamente os números ali elencados são e correspondem, à verdade dos factos. Nós, para podermos informar, temos que questionar e o Senhor Vice-Presidente, com certeza que já tomou conta da ocorrência (salvo seja) poderá informar-nos então, e dizer algo a propósito.” -----

3.22. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada e ainda tendo tempo aqui na minha agenda, queria fazer uma questão:-----
-----Há uma rotunda nova que está a ser construída em Caxias, no cruzamento da estrada que vem da Cartuxa e que a rotunda parece estar um pouco desviada da estrada principal, o que tem motivado ali alguma confusão. No início, a rotunda está um “bocadinho” desviada e, apesar do passeio ter feito agora um contorno diferente, que encaminha os carros, a meu ver, aquilo continua um “bocadinho” perigoso e, portanto, pedir algum esclarecimento, se há documentos que se possam ver da obra desta rotunda. Eu percebo que o desvio talvez tenha a ver com a passagem dos autocarros, mas pronto, questionar se já... se estão a acompanhar a situação e que informação nós podemos ter.-----

-----Obrigada.” -----

3.23. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Em primeiro lugar, associar o Executivo Municipal de Oeiras às Moções já



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aprovadas de condenação da agressão da Federação Russa à ocupação da Ucrânia e às de invocação deste Dia Internacional da Mulher, com tudo o que isso representa para a luta pela igualdade de género e pela luta pela igualdade de oportunidades de todos que, naturalmente, por si próprios, já são iguais. Estamos apenas a reconhecer aquilo que são naturalmente iguais. Lamentavelmente, as sociedades distorcem esta igualdade, tornando diferente o que, por princípio, deve ser igual ou que devem ter acesso aos mesmos direitos e às mesmas oportunidades, portanto, aqui invocamos esse dia e aqui o celebramos. A todos os Senhores Deputados cumprimento, porque creio que a votação, com uma ou outra exceção, foi unânime sobre esta matéria. -----

----- Começar pelo Senhor Deputado David Ferreira (EO). Senhor Deputado, a forma como se colocam as questões, às vezes, pode ser pernicioso. O Senhor Vice-Presidente (no caso, eu próprio), autorizou um projeto no âmbito de uma alteração de um loteamento, aprovado pelos órgãos próprios do Município, em janeiro de dois mil e dezassete. Naturalmente, algo que é permitido a qualquer cidadão, foi interposta uma ação em tribunal e o tribunal decidiu a favor da anulação daquela alteração do loteamento. Como tal, todos os atos subsequentes estão prejudicados, entre eles o despacho deste “pobre” Vice-Presidente que não tinha mais do que reconhecido, no âmbito do que tinha sido aprovado pela Câmara. O que é que aconteceu, por parte do Município? O de sempre. O Município não tem senão como acatar a decisão do tribunal. Acatou-se a decisão do tribunal, sei que foi colocado um novo projeto agora no lote... Não expliquei, mas o que aconteceu foi que a alteração do alvará de janeiro de dois mil e dezassete dividia em dois um lote, permitindo dois projetos distintos. A decisão do tribunal é anular essa decisão, anular essa alteração do alvará e, como tal, volta a ser apenas um lote. Foi apresentado um novo projeto, para aprovação agora em apenas um lote, não sei como é que está, está nos serviços, disseram-me há pouco que estava a correr numa das divisões do licenciamento do Município, na DLEU (Divisão de Licenciamento e Edificações Urbanas). Para mais informação,

tenho de ir saber como é que está, porque está distante. -----

-----Sobre a Rua Sacadura Cabral na Cruz Quebrada, tenho de mandar lá a Polícia Municipal para ver o que se passa e é o que farei logo de seguida. -----

-----Na SAD: novas instalações do Sport Algés e Dafundo. O Município de Oeiras vê com bons olhos se pudermos melhorar a circulação pedonal ou de veículos em Algés, na baixa de Algés, portanto, se for encontrada uma solução melhor para o Sport Algés e Dafundo e melhor para a população de Algés, estaremos naturalmente a favor, mas não há nenhuma decisão sobre essa matéria.-----

-----Rotunda em Caxias. Naturalmente, foi feito um projeto para uma rotunda em Caxias, está a ser executada a obra e está a ser feita de acordo com o projeto. Se a Senhora Deputada quiser conhecer o projeto basta solicitar, e vai ver o projeto. Se a Câmara está a acompanhar? A Câmara acompanha todas as obras que estão a ser executadas.-----

-----Sobre a questão levantada quer pelo PC, quer pelo PSD, dos dirigentes em substituição. Aconteceu que, no mandato anterior, fruto de algumas alterações de orgânica que tiveram que ser feitas, nunca se criou uma situação de estabilidade orgânica que permitisse lançar o concurso. Como agora queremos fazer novas alterações, também só após esta orgânica, poderemos lançar os respetivos concursos. Esta é uma questão, para quem conhece a administração pública, absolutamente normal. A Câmara de Lisboa está assim sempre, na maior parte dos organismos da administração central, sempre, na margem sul (nas câmaras da margem sul) também acontece, portanto, o Município de Oeiras não é exceção, no quadro deste país. -----

-----Creio ter respondido a todas as questões que me foram colocadas... qual foi? Da questão dos acessos da Marginal. Senhora Deputada, só se resolve quando a gestão da Estrada Marginal passar para a tutela do Município. Quando a Marginal passar para o Município, podemos melhorar a circulação automóvel, podemos fazer uma ciclovia, que há anos que é reclamada, junto do Município, fazer uma ciclovia na Marginal. Estando a Estrada Marginal sob



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

administração das infraestruturas de Portugal..., portanto não cabe ao Município fazer projetos para a Estrada Marginal (até para fazermos rotundas é um sacrifício). Em Cascais, a Marginal está cheia de rotundas que permite muito melhor fluidez de trânsito e muito mais segurança nas entradas e nas saídas. Nós também em Oeiras gostávamos de ter, mas, lamentavelmente, ao que parece, é muito difícil a gestão da Estrada Marginal passar para o Município de Oeiras. Uma vez passada a gestão para o Município de Oeiras, melhoramos as entradas e as saídas da Estrada Marginal. - -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Votação da Composição das Comissões Permanentes (os documentos relativos a esta votação ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, vamos então começar os trabalhos da Ordem de Trabalhos. -----

----- Quero informar aqui a Assembleia, os nossos membros da Assembleia, que o ponto um “Votação da Composição das Comissões Permanentes”, não será votado. -----

----- Chegou-se à conclusão de que, de facto, não há necessidade de isto ser efetuado. Os Agrupamentos Políticos apresentam os seus componentes e, portanto, no exercício da sua liberdade e da democracia, a Mesa decide aceitar, sem haver votação. Haverá votação, sim, de coordenadores e secretários das Comissões Permanentes e será essa votação que vamos efetuar neste momento.”-----

----- A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, queria que verificasse, por favor, o que diz o novo Regimento relativamente à votação das Comissões e da composição das Comissões. É isso que estou neste momento à procura para poder fazer a intervenção, porque nós falámos sobre isto e sobre a

necessidade de se trazer isto a votação.” -----

-----O **Senhor Presidente da A.M., em exercício**, observou o seguinte: -----

-----“Penso não ser necessário, Senhora Deputada.-----

-----Faça favor, Senhor Deputado António Moita (IN-OV).”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Não me interrompe, porque eu já terminei. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

-----“Era só para dizer o seguinte: as (salvo erro) cinco ou seis Comissões já se encontram previstas pelo Regimento e, como tal, quando (julgo que na passada sessão) se fez a aprovação do Regimento, já se constituíram as tais cinco Comissões. Portanto, não me parece que seja preciso, que seja necessário, para este caso em concreto, voltarmos a fazer a mesma coisa. Aquilo que me parece é que se porventura, houver a criação de uma qualquer Comissão nova, então aí sim, cumprir-se-á aquilo que são as normas que o Regimento tem. -----

-----Para estas em concreto, penso que estamos outra vez a fazer aquilo que já foi feito a semana passada e, portanto, acho que a decisão que a Mesa tomou, me parece a mais certa, mas, se houver outra posição, cá estamos.” -----

-----O **Senhor Presidente da A.M., em exercício**, observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

-----Penso que essa foi a linha de pensamento da Mesa e, portanto, não vejo nenhum inconveniente em que se proceda desta maneira. -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)**, não sei se quer usar da palavra, em relação a isto?-----

-----Aceitamos as composições das Comissões?” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----



Handwritten signature or mark.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhor Presidente, dê-me dois minutos para eu ler os artigos...” -----

----- O **Senhor Presidente da A.M., em exercício**, observou o seguinte:-----

----- “Penso não haver necessidade da votação, Senhora Deputada.”-----

----- O **Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhor Presidente, dá-me licença? Muito obrigado. -----

----- Naturalmente, sem querer substituir-me ao espírito do legislador, o que é certo é que, pela leitura que faço, de facto, do artigo sessenta e quatro, parece-me que a decisão da Mesa está perfeitamente justificada. Aliás, ela foi já tomada, que eu saiba e, portanto, se alguém impugna a decisão da Mesa, só tem uma solução: é recorrer para a Assembleia da decisão da Mesa. Agora, independentemente desse “fait divers”, o que se constata aqui, é que as Comissões estão constituídas formalmente (isto é, foi aprovada a sua existência), estão identificadas e depois a composição é muito clara, diz: “Todos os grupos políticos podem indicar um membro para cada comissão permanente”, ou seja deixa (e mal seria se fosse interpretado de outra maneira), a cada partido político, o direito de indicar quem entende de entre os membros que compõem o seu grupo, aqueles que devem fazer parte de cada Comissão. Mal seria que cada partido político estivesse que estar dependente dos votos de uma assembleia, sobre quem deve ou não deve apresentar no grupo político. Isso era uma limitação da liberdade de escolha de cada partido e acho que, do ponto de vista legal seria, até, enfim, muito criticável, para não ir mais longe. Entendo e o PSD está confortável com a decisão da Mesa, porque entende que é, juridicamente, a mais correta. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- O **Senhor Presidente da A.M., em exercício**, disse o seguinte:-----

----- “Foi esse o espírito da Mesa, que está completamente de acordo com o que disse o Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD).”-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte: ----

-----“Senhor Presidente, de facto equivoquei-me, porque a discussão foi bastante longa e muito produtiva nas reuniões da Comissão de Regimento, estiveram em cima da mesa diferentes soluções e eu estava, de facto, convencida que teríamos que a votar. Depois de reler, neste momento, os diferentes artigos relativamente às Comissões, nada temos a opor à retirada destes pontos da Ordem de Trabalhos.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, concluiu dizendo o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS). É realmente esse o espírito desta Mesa, deixar liberdade a cada Grupo Político de apresentar os seus candidatos.”-----

-----**RETIRADA** -----

4.2. Votação dos Coordenadores e Secretários das Comissões Permanentes (os documentos relativos a esta votação ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Quero chamar a atenção porque os boletins têm sim/não, mas há aqui um boletim (que é o branco), da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Património, que tem outra proposta. São duas. Ambiente, Ordenamento do Território e Património, há uma proposta do Evoluir Oeiras e há uma proposta do IN-OV. Iremos votar sim ou não, consoante a nossa vontade.” -- -----

-----A Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV) observou o seguinte:-----

-----“Senhor Presidente, peço imensa desculpa. -----

-----Temos de fazer qualquer coisa com o som, porque hoje o som não está... devo ser eu, eu e a minha colega do lado que estamos um “bocadinho” surdas (risos), mas estou com dificuldade, até para ouvir o Deputado Pracana (PSD) e a Deputada Alexandra (PS)... ou há qualquer coisa ali no som que não está a funcionar. Ou põem mais alto ou então sou eu que tenho



Handwritten mark

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma voz diferente...”-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

----- “Eu estou a ouvir bem, mas pronto. Aceito a sugestão. -----

----- Muito obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Peço a mais um elemento da Assembleia que venha dar uma ajuda. Temos a Senhora Deputada Paula Neto (IN-OV), mas preciso de mais outra pessoa. Mais um Deputado para ajudar por favor. Quem é que se oferece? Faça favor, Senhora Deputada Mariana Leitão (IL). -----

----- Vamos então proceder à chamada. A vossa atenção, por favor.”-----

4.2.1. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES - 1ª COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS, CIDADANIA E COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA - PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação a lista apresentada pelo Grupo Político Municipal do INOV para a primeira Comissão dos Direitos Humanos, Sociais, Cidadania e Cooperação Descentralizada, a qual foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria com vinte e oito votos a favor, cinco votos contra e três votos brancos.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 33/2022** -----

----- VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES – 1ª COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS, CIDADANIA E COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta relativa ao assunto em título, apresentada pelo Grupo Político Municipal do INOV:-----

----- Coordenador: André da Silva Rica;-----

----- Secretário: Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana. -----

-----A mesma foi aprovada, em sufrágio secreto, tendo sido obtida a seguinte votação: ---

-----Vinte e oito votos sim, cinco votos não e três votos brancos, tendo sido eleitos os
Membros Municipais indicados.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da
ata.” -----

**4.2.2. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES
PERMANENTES - 2ª COMISSÃO - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO
DELIBERATIVO E ASSUNTOS JURÍDICOS - PROPOSTA APRESENTADA PELO
GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV -----**

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação a lista apresentada
pelo Grupo Político Municipal do INOV para a segunda Comissão de Acompanhamento do
Processo Deliberativo e Assuntos Jurídicos, a qual foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria
com vinte e nove votos a favor, três votos contra e quatro votos brancos. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 34/2022** -----

**-----VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES
PERMANENTES – 2ª COMISSÃO - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO
DELIBERATIVO E ASSUNTOS JURÍDICOS -----**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta relativa ao
assunto em título, apresentada pelo Grupo Político Municipal do INOV: -----

-----Coordenador: António Maria Passos Rosa Lopes da Costa; -----

-----Secretário: Jorge Manuel Damas Martins Rato. -----

-----A mesma foi aprovada, em sufrágio secreto, tendo sido obtida a seguinte votação: ---

----- Vinte e nove votos sim, três votos não e quatro votos brancos, tendo sido eleitos os
Membros Municipais indicados.-----



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.2.3. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES - 3ª COMISSÃO – AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PATRIMÓNIO – PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação a lista apresentada pelo Grupo Político Municipal do INOV para a terceira Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Património, a qual foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria com vinte e oito votos a favor, cinco votos contra e três votos brancos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 35/2022** -----

----- VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES – 3ª COMISSÃO – AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PATRIMÓNIO -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta relativa ao assunto em título, apresentada pelo Grupo Político Municipal do INOV: -----

----- Coordenador: António Maria Balcão Vicente; -----

----- Secretário: Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

----- A mesma foi aprovada, em sufrágio secreto, tendo sido obtida a seguinte votação:-----

----- Vinte e oito votos sim, cinco votos não e três votos brancos, tendo sido eleitos os Membros Municipais indicados. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.2.4. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES

**PERMANENTES - 3ª COMISSÃO – AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
E PATRIMÓNIO – PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO
MUNICIPAL DO EVOLUIR OEIRAS -----**

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação a lista apresentada pelo Grupo Político Municipal do Evoluir Oeiras para a terceira Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Património, a qual foi rejeitada, em sufrágio secreto, por maioria com cinco votos a favor, vinte e nove votos contra, quatro votos brancos e um voto nulo. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 36/2022** -----

**-----VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES
PERMANENTES – 3ª COMISSÃO – AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
E PATRIMÓNIO-----**

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta relativa ao assunto em título, apresentada pelo Grupo Político Municipal do Evoluir Oeiras: -----

-----Coordenadora: Mónica Albuquerque. -----

-----A mesma foi rejeitada, em sufrágio secreto, tendo sido obtida a seguinte votação: ----

----- Cinco votos sim, vinte e nove votos não, quatro votos brancos e um voto nulo.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**4.2.5. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES
PERMANENTES - 4ª COMISSÃO – ECONOMIA, FINANÇAS E SETOR
EMPRESARIAL LOCAL - PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO
MUNICIPAL DO INOV-----**

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação a lista apresentada pelo Grupo Político Municipal do INOV para a quarta Comissão de Economia, Finanças e Setor



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Empresarial Local, a qual foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria com vinte e nove votos a favor, quatro votos contra e três votos nulos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 37/2022** -----

----- **VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES – 4ª COMISSÃO – ECONOMIA, FINANÇAS E SETOR EMPRESARIAL LOCAL** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta relativa ao assunto em título, apresentada pelo Grupo Político Municipal do INOV:-----

----- Coordenador: António Pita de Meirelles Pistacchini Moita; -----

----- Secretário: Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques. -----

----- A mesma foi aprovada, em sufrágio secreto, tendo sido obtida a seguinte votação:-----

----- Vinte e nove votos sim, quatro votos não e três votos nulos, tendo sido eleitos os Membros Municipais indicados. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.2.6. VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES - 5ª COMISSÃO – EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE - PROPOSTA APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO INOV -----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação a lista apresentada pelo Grupo Político Municipal do INOV para a quinta Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Juventude a qual foi aprovada, em sufrágio secreto, por maioria com vinte e seis votos a favor, cinco votos contra e cinco votos brancos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 38/2022**-----

-----**VOTAÇÃO DOS COORDENADORES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES – 5ª COMISSÃO – EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta relativa ao assunto em título, apresentada pelo Grupo Político Municipal do INOV:-----

-----Coordenador: Maria de Fátima dos Santos Rodrigues;-----

-----Secretário: Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão.-----

-----A mesma foi aprovada, em sufrágio secreto, tendo sido obtida a seguinte votação: ---

----- Vinte e seis votos sim, cinco votos não e cinco votos brancos, tendo sido eleitos os Membros Municipais indicados.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----**INTERVALO**-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:-----

-----“Senhores Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.”-----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 124/2022 – DMEDSC/EPEOCT 2020-2025 – relativa à Adesão à Associação para os “Materiais Avançados” – Investigação, Desenvolvimento e Inovação (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) disse o seguinte:-----

-----“Face à devida prudência e a evitar-se uma nova ação a propor pelo Ministério Público ao Tribunal de Contas, outrora fundamentada em sede de auditoria ao Município de



Handwritten mark

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras, nos termos do Processo onze/dois mil e dez da Primeira Seção, que incidiu, essencialmente, na identificação e análise jurídico-financeira de todos os atos e contratos praticados e celebrados no âmbito da execução de Parcerias promovidas pelo Município de Oeiras, por não terem sido remetidos tais procedimentos para fiscalização prévia do Tribunal de Contas, aludimos, enquanto Chega, às seguintes conclusões: -----

----- Primeiro: O pedido de despesa número cento e vinte e quatro de dois mil e vinte e dois, no que concerne à Proposta de Adesão à Associação para os Materiais Avançados – Investigação, Desenvolvimento e Inovação, não deve ficar pelo “parece” (termo utilizado no pedido de despesa) quanto à interpretação a dar pelo Tribunal de Contas, uma vez cito: “Esta parece também ser a interpretação do Tribunal de Contas uma vez que tem concedido visto prévio à adesão do Município a diversas associações, sem realização de estudos prévios, após esclarecimento solicitado...”. Certo que esta adesão está sujeita ao Visto Prévio do Tribunal de Contas, nos termos do previsto no artigo cinquenta e seis do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, conforme mencionado e cujos bons officios com esta aprovação, alcançará a obtenção do respetivo visto junto do Tribunal de Contas, cujo Partido Chega, apoia com agrado.-----

----- Segundo: Sustenta ainda a proposta de despesa, friso – parte da doutrina – segundo os bons officios dos senhores Professor Doutor Rui Medeiros e Pedro Fernandes Sanches, cujos referidos estudos de viabilidade económico/financeira aludem e passo a citar: “Não são necessários realizar, quando a participação na associação não tenha influência dominante”. Enquanto Partido Chega, não deixamos de alertar para a outra parte da doutrina aqui não sustentada, aceitando, contudo, o Partido Chega, o enquadramento jurídico aqui referenciado.----

----- Terceiro: Assim sendo, e no âmbito da constituição da Associação denominada NANOMAT – Associação para os Materiais Avançados – Investigação e Desenvolvimento, resolvi, enquanto Deputado Municipal do Chega, abordar um dos seus associados fundadores, a

fim de esclarecer com mais precisão a adesão, uma vez complexo o objeto imediato. Fiquei esclarecido enquanto Deputado Municipal do Chega, tendo presente, por exemplo, uma empresa portuguesa cujos ofícios desenvolve com a ESA (para quem não saiba é concorrente da NASA) e com um trabalho notável, que juntamente com todos os ilustres Associados Fundadores, será esta adesão uma mais valia para atrair investimento para Oeiras, tendo presente criar uma infraestrutura de micro tecnologias para investigação e desenvolvimento, apoiando com bom agrado este diploma. Disse.” -----

4.3.1. VOTAÇÃO-----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato), dois do Partido Social Democrata (Vitor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e António Fazenda Coimbra), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira



Handwritten mark

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 39/2022** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 124/2022 – EPEOCT 2020-2025 – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO PARA OS “MATERIAIS AVANÇADOS” – INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e vinte e quatro barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número quarenta e oito da Reunião da Câmara Municipal, realizada em dezasseis de fevereiro de dois mil e vinte e dois e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a aquisição por parte do Município de Oeiras de uma

unidade de participação no valor de quinhentos euros, da Associação NANOMAT - Associação para os “Materiais Avançados” - Investigação e Desenvolvimento em Materiais Avançados e Aplicações, após a sua constituição legal, bem como a realização da despesa com o pagamento da quota anual no valor de quinhentos euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 153/2022 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa à Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – Prorrogação do prazo de transferência de competências no domínio da “Ação Social” para 1 de janeiro de 2023 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), fez a seguinte intervenção:-----

-----“No domínio da Ação Social, o processo de descentralização, de acordo com a lei quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela Lei número cinquenta de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, viu a sua materialização, através da publicação do Decreto-Lei número cinquenta e cinco de dois mil e vinte de doze de agosto. Ora, relativamente ao ano de dois mil e vinte e um, nos termos do número dois do artigo vigésimo quarto, os municípios e as entidades intermunicipais que não pretendessem assumir as competências nele previstas, podiam assumi-lo mediante comunicação à DGAL, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, certamente, no prazo de sessenta dias após a publicação no Diário da República, do despacho previsto no número três, do artigo décimo sexto e das portarias referidas nos artigos décimo e décimo primeiro, vinda das portarias sessenta e três, sessenta e quatro, sessenta e cinco e sessenta e seis, entretanto a serem publicadas em dezassete de março de dois mil e vinte e um. Foi nesta



Handwritten mark

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sequência que esta Assembleia Municipal, em quatro de maio de dois mil e vinte e um, através da sua deliberação número sessenta e três de dois mil e vinte e um, aprovou a não-aceitação de competências deste Município, no âmbito da Ação Social para o ano dois mil e vinte e um, adiando assim para dois mil e vinte e dois, a assunção das novas competências. -----

----- Ora, como a própria proposta de deliberação que analisamos agora reconhece e sito: “Na área da Ação Social, a assunção de tais competências, configura-se como um processo de grande complexidade, que virá a produzir uma redefinição da linha estratégica desenhada pelo Município, traduzindo-se num impacto financeiro que se configura para já incerto, uma vez que, não obstante ter sido disponibilizado o mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização a transferir para os municípios, os elementos disponíveis não nos permitem proceder a um planeamento que garanta o total sucesso do processo, assegurando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos”. Acrescem, também, a este facto, fatores alheios ao próprio Município que conduziram ao atraso deste processo e à possibilidade de proceder de forma antecipada e atempada a uma análise realista e fundamentada. Com efeito, o contexto da pandemia que ainda é bastante significativo em termos sociais e a recente crise humanitária da Ucrânia, bem como o facto da Divisão de Coesão Social se encontrar igualmente a planear a assunção das competências no domínio da saúde, conduziu a uma canalização de recursos humanos e esforços que nos levaram a solicitar a prorrogação do prazo e da aceitação das competências, no domínio da Ação Social para um de janeiro de dois mil e vinte e três, por forma a que o processo decorra de forma mais sustentada. Assim, não obstante a intenção do Município de aceitar e tomar para si as competências inerentes à descentralização que manifestamente tem desejado e tem defendido, inclusivamente nesta Assembleia, consideramos que este Executivo deverá ser detentor das condições adequadas para assumir as novas competências e, assim, acautelar devidamente a transformação que elas terão no Concelho de Oeiras. Ora, encontrando-se a equipa municipal a trabalhar já neste sentido e com este objetivo,

aproveito a oportunidade para saudar a equipa dirigida pela Senhora Vereadora Teresa Bacelar, pelo excelente trabalho que nesta área tem desenvolvido. Dizia eu que, encontrando-se a equipa municipal a trabalhar já neste sentido e com este objetivo, consideramos, no entanto, que para que tal aconteça é necessário que haja clareza suficiente e tempo suficiente para a assunção destas competências, condições que consideramos que não se encontram atualmente minimamente, ainda, reunidas. Assim, o IN-OV, naturalmente, apoiará esta Proposta.”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte:-----

-----“O processo de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais foi iniciado com a Lei cinquenta de dois mil e dezoito, de dezanove de agosto. No domínio da Ação Social, este processo inicia-se com a publicação do Decreto-Lei cinquenta e cinco, de dois mil e vinte, de doze de agosto, que previa:-----

- - Assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social;-----
- - Elaborar as cartas sociais municipais, incluindo o mapeamento de respostas existente o nível dos equipamentos sociais;-----
- - Assegurar a articulação entre as cartas sociais municipais e as prioridades definidas a nível nacional e regional;-----
- - Implementar atividades de animação e apoio à família para as crianças que frequentam o ensino pré-escolar que correspondam à componente de apoio à família;-----
- - Elaborar relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social;-----
- - Celebrar e acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do RSI;-----
- Desenvolver programas nas áreas de conforto habitacional para pessoas idosas, designadamente em articulação com entidades públicas, IPSS, ou com as estruturas de gestão dos programas temáticos;-----
- - Coordenar a execução do Programa CLDS em articulação com os CLAS;-----



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- - Emitir parecer, vinculativo quando desfavorável, sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com o apoio público. -----

----- Entretanto, através do Decreto-Lei vinte e três de dois mil e vinte e dois, de catorze de fevereiro, o prazo para a transferência de competências é prorrogado para um de janeiro de dois mil e vinte e três. -----

----- Entretanto, por intermédio do despacho nove mil oitocentos e dezassete de dois mil e vinte e um, de oito de outubro, é publicado o mapa com os encargos anuais, com as competências descentralizadas no âmbito da ação social. As portarias sessenta e três a sessenta e seis, de dois mil e vinte e um, de dezassete de março, definem e regulam o exercício das transferências de competências quanto aos serviços de atendimento e acompanhamento social, aos CLAS, ao acompanhamento dos contratos de inserção do RSI e a elaboração das cartas sociais municipais. -----

----- Ora bem, muitas destas competências são já efetuadas pela Câmara Municipal de Oeiras ou, no mínimo, trabalhadas em parceria entre a Administração Central, o Município e as IPSS. A própria intervenção da Câmara Municipal de Oeiras, no quadro da pandemia e as medidas implementadas são demonstrativas das competências funcionais existentes e da forma como os serviços municipais se conseguiram adaptar aos desafios que surgiram. Também no passado (e é bom recordar), quando a Administração Central decidiu “empurrar” as situações de crise social para o Município, os serviços da Câmara souberam responder de forma eficaz e daí nasceu o Fundo de Emergência Social. Daí que se pergunte: o que justifica esta posição de recusa em não aceitar as competências no domínio da ação social adiando-a para a data limite do prazo fixado na lei, um de janeiro de dois mil e vinte e três? Infelizmente, a Proposta agora apresentada e que hoje aqui votamos é completamente omissa nas justificações quanto ao essencial e não identifica qualquer razão para este novo e último adiamento. É de perguntar então, para terminar: o que será feito pela Câmara Municipal, até ao fim do ano, para garantir

que a transferência de competências a um de janeiro de vinte e três ocorra com sucesso? É que a importância das políticas de ação social, assim o exigem. Disse.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Algum dos Senhores Deputados pretende usar da palavra? Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara pretende usar da palavra? Faça o favor, tem a palavra.” --- -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Bom, eu já falei demais noutras circunstâncias, a propósito do que é esta “dita” descentralização de competências da Administração Central para as câmaras municipais. Na realidade, há que repetir apenas isto: não é descentralização nenhuma. Qualquer estudante da Faculdade de Direito do primeiro ano, no primeiro mês, sabe a diferença entre descentralização, desconcentração, o que é a descentralização e o que é a desconcentração. Não há descentralização nenhuma, aquilo que o Governo, e quando digo Governo é este, são os Governos, porque o anterior era exatamente a mesma coisa ou pior, está a procurar fazer, é transferir determinadas tarefas que são incómodas, são chatas, para os municípios, sem que seja acompanhado do respetivo financiamento. Aliás, até é uma atitude de menoridade, de diminuição das competências, do papel dos municípios quando, por exemplo, na saúde querem transferir os assistentes administrativos e os assistentes operacionais, mas não os enfermeiros e os médicos, mas não, por exemplo, a determinação dos horários dos centros de saúde pelas câmaras municipais. Portanto, isso já não interessa. -----

-----No caso da Segurança Social, eu devo dizer que é uma coisa absolutamente mesquinha. Na realidade, fazer decretos-leis é fácil, é facilímo e depois os outros que os cumpram. De maneira que, fazer decretos-leis e depois os próprios serviços ou que atualmente têm as competências, não sabem como é que vai acontecer, como é que se vai fazer e eu dou dois exemplos e um deles já o referi aqui. Na área da educação, como sabem, a Câmara aceitou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

competências na área da realização das obras das escolas do segundo e terceiro ciclo e secundário. Temos uma experiência atual, de Linda-a-Velha, cujo projeto de execução com a revisão ficou pronto e são quase seis milhões de euros. No entanto, do Estado temos uma comparticipação de um milhão e oitocentos mil. Um milhão e duzentos? Ok, ainda bem que me corrigem, eu encaixei um milhão e oitocentos, mas é um milhão e duzentos. Depois, por exemplo, na área da saúde, pretendem transferir competências, mas não há uma vistoria aos centros de saúde, ao estado em que estes se encontram e então são dezassete mil euros por ano para a conservação do centro de saúde. Como se dezassete mil euros por ano... e, atenção, a Câmara não é ouvida, nem achada e a Câmara sugere à Administração Regional de Saúde fazer uma auditoria conjunta. Não tem competência, não tem autorização da Ministra para fazer, para dialogar. Portanto, nós estamos aqui a dizer que não aceitamos, mas não temos interlocutor do outro lado. Não há interlocutor. A Ministra não tem tempo e os administradores gerais de saúde não têm autoridade. É tão simples como isto.-----

----- Portanto, julgo que os Senhores Deputados, de uma forma geral e muito particularmente os do Partido Socialista, ainda não se aperceberam do caos em que a Administração Pública se encontra e designadamente a Saúde e a Segurança Social, porque é de caos que se trata, não há um interlocutor. Há sim, uns funcionários que de boa vontade..., mas nem sequer ao nível de um administrador Regional de Saúde, não têm competência e, aliás, nem sabem. E, portanto, como é que nós podemos aceitar competências na área da saúde se não há ninguém que discuta connosco: “Ora, vamos lá ver o estado em que se encontra”. Na área social exatamente a mesma coisa, não abrem o jogo. Não dizem: “Nós gastamos “x” nestas ou nas outras circunstâncias, o investimento é assim ou assado”. Portanto, lamentavelmente, eu tenho que dizer isto, não há transparência. É uma opacidade que incomoda, uma opacidade brutal. Eu, Presidente da Câmara, estou disponível para discutir com qualquer funcionário, não é preciso ser com a Ministra, com um qualquer funcionário da Administração Regional da Segurança Social,

da Administração Regional da Saúde, eu estou disponível, mas eles não estão. Aliás, já falámos aqui e eu admiro-me como é que não apareceu, nesta Assembleia, uma moção do Partido Socialista, bom se não apareceu do Partido Socialista devia aparecer do IN-OV, eu incentivo o IN-OV que nos próximos dias faça isso, relativamente à frente ribeirinha, em que o Ministro das Infraestruturas, de uma forma extremamente arrogante e desprezando aquilo que é o papel dos municípios, há dois ou três anos que está a preparar um despacho para designar um grupo de trabalho entre a Câmara e o Ministério das Infraestruturas e que, cada vez que se fala com ele diz: “Sim senhor, é já amanhã” e o amanhã já lá vão três anos. É isto que eu estranho, acho que era importante uma moção, uma proposta de recomendação aqui na Assembleia Municipal a censurar o Senhor Ministro, porque, na realidade, a fazer um despacho daqueles faz-se em cinco minutos. Portanto, isto já não convém ao Governo? É só aquilo que o Governo quer, contrariando as próprias leis que o Governo faz, no caso da frente ribeirinha. -----

-----Portanto, quero dizer o seguinte: é claro que nós vamos aceitar as competências todas e vai funcionar, naturalmente, muito melhor do que nas mãos do Governo, mas vamos ser obrigados. Não é uma aceitação voluntária e, num regime democrático como o nosso, devia haver diálogo nesta matéria. Lamentavelmente, temos uma Associação Nacional de Municípios que não existe e eu tinha alguma esperança agora com esta nova Presidente, mas ainda não ouvi um pio. É neste estado que estamos, uma letargia brutal e, portanto, nós vamos ser obrigados a aceitar em dois mil e vinte e três. Em dois mil e vinte e três, o legislador diz que temos que aceitar. Pronto, se temos que aceitar, nós aceitamos, o que havemos de fazer. Somos obrigados a aceitar e ao aceitarmos, naturalmente, que vamos fazer melhor do que o Governo faz atualmente, mas claro que vamos gastar mais dinheiro também do que o Governo gasta atualmente, vamos ter que redefinir as nossas prioridades. E, já agora, uma nota para o Senhor Deputado Jorge Rato (PS). O Fundo de Emergência Social criado em Oeiras, não tem nada a ver com a Segurança Social, nem nunca teve nada a ver com a Segurança Social. O Fundo de Emergência Social foi



cd

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

criado há quinze anos ou mais, numa perspetiva de apoio, naturalmente, às famílias necessitadas de Oeiras, justamente por se aperceber da incapacidade da Segurança Social em satisfazer essas necessidades que eram absolutamente do conhecimento de todas as instituições. E, portanto, a Câmara Municipal teve aí um papel, e tem, substitutivo numa área que a Segurança Social desleixou. Aliás, o problema (não é de agora) é que há para aí dez ou doze anos se fala em descentralização. Já se faz há muito tempo. Na altura em que estive no Governo fizeram-se alguns diplomas nessa área, sobretudo retirando competências aos governadores civis, mas o que acontece desde dois mil e oito a esta parte? Particularmente começa-se a falar muito na descentralização e os respetivos organismos, não é só a cativação de verbas, têm essas competências, na educação, na saúde, na área social, o que é que fazem? Deixam de contar com essa despesa e, portanto, deixam de fazer manutenção e dizem: “Isto agora com a transferência de competências depois os municípios fazem” e o problema é que nem há transferência de competências, nem há manutenção e é a razão, por exemplo, ao nível das escolas, de nós recebermos escolas que estão num estado de degradação extraordinário. Se é vontade que temos, no nosso Concelho, escolas de excelência e refiro-me do ponto de vista do equipamento, escolas muito bem equipadas, edificios muito bem conservados, mas também temos outros que, realmente, estão mal e nós temos o levantamento disso tudo.-----

----- Esta indefinição na transferência de competências fez com que o património se fosse degradando cada vez mais e não podemos, ao fim de oito/dez anos sem qualquer conservação, aceitar dezassete mil euros por ano para conservar a manutenção de um centro de saúde. Portanto, esta é a realidade e nós aceitaríamos de bom agrado se discutissem connosco, de forma aberta a despesa é esta, a situação é aquela e a Câmara Municipal, sim senhor, em vez de a Câmara suportar tudo, a Câmara pode suportar em vez de cinquenta por cento suportar sessenta, mas conversávamos. O problema é que, na realidade, o Governo está autista, acha que as coisas acontecem no terreno e não acontecem. De maneira que, a maior parte dos municípios vão

receber estas competências de mau agrado porque é uma imposição e não havia necessidade nenhuma de ser assim. -----

-----Portanto, em janeiro, Senhor Deputado Jorge Rato (PS), quero-lhe dizer que estaremos perfeitamente preparados, nós estamos preparados neste momento, para tudo. Agora, gostaríamos que o Governo assumisse as suas responsabilidades. Nós estamos preparados, naturalmente, para aumentar o plafond da despesa da Segurança Social, da despesa da Saúde e da despesa da Educação. Obviamente que, na realidade, é esse o objetivo dos Governos, é esse o objetivo das administrações centrais. Como os municípios felizmente e isto demonstrou-se os últimos anos através da diminuição de dívidas insuportáveis em alguns municípios, o Governo acha que os municípios nadam em dinheiro e, portanto, “vamos lá apertá-los”, é este o raciocínio de qualquer ministro. Portanto, nós estamos aqui a jusante e suportamos tudo. -----

-----Ora bem, suportamos, mas como diz o outro: “calas-te e não bufes” e, nessa matéria, eu não me calo e bufo, é tão simples quanto isto. Eu não posso calar-me nesta matéria. Portanto, Senhores Deputados, estejam todos tranquilos, em janeiro, quando formos obrigados a aceitá-las, nós estaremos perfeitamente preparados. Neste momento, não podemos deixar de denunciar aquilo que é, realmente, uma situação, uma falácia, porque se enche a boca a dizer que vai haver uma transferência de competências, isto agora é que é bom e não sei o que mais e tal e na realidade, o Governo está a desfazer-se de uma série de tarefas que são incómodas. E, naturalmente que um assistente operacional ou um assistente técnico do centro de saúde ou um assistente operacional num centro de atendimento qualquer...aliás, já agora, sabem qual era o pessoal para o Concelho de Oeiras? Qual era o pessoal que a Segurança Social manda para a Câmara Municipal? Imaginem, um técnico superior. Isto é como a educação. A educação manda-nos setecentos assistentes operacionais e assistentes administrativos, mas não manda um técnico superior. Quantos técnicos superiores a Câmara tem que pagar só para fazer a gestão desses setecentos funcionários? Ou esses setecentos funcionários caem ali do céu e não é preciso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

processar contratações, seleção de recrutamentos, folhas de vencimento, toda essa situação? Quantos milhares de euros não são necessários a Câmara pagar para se substituir numa tarefa meramente administrativa? Não se esqueçam, esta coisa de descentralização, não, o que as câmaras estão a fazer é uma espécie de tesouraria. São tesoureiros do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Ministério da Segurança Social e porque é que não discutem isto connosco? Transferem-se essas competências e depois não há o mínimo de meios. É engraçado e o Partido Socialista e o Partido Comunista também, quase todos, com frequência, aqui da Assembleia Municipal, são defensores acérrimos da delegação de competências da Câmara nas Freguesias. É curioso, eu garanto-vos o seguinte: a Câmara Municipal não transfere para as Freguesias, uma competência que não seja acompanhada do pacote financeiro. É isso que nós temos que exigir do Governo. Nós temos que exigir isso, independentemente da cor política que cada um tem aqui na Assembleia Municipal. Nós aqui temos que defender os interesses do Município de Oeiras e os interesses do Município de Oeiras, obviamente, dificilmente, seriam compagináveis com os interesses do Governo, fosse qual fosse, com o PSD era a mesma coisa. De maneira que, em dois mil e vinte e três cá estaremos, aceitamos, somos obrigados e, naturalmente que vamos ter uma capacidade de resposta, muito superior àquela que o Governo dá nestas condições. Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, essa narrativa já é narrativa usual e habitual e neste caso, não, porque eu falei de ação social e Vossa Excelência falou da zona ribeirinha, da educação, da ação social, da saúde, etc., e, portanto, quando não se tem argumentos juntamos tudo para ver se o ramo das flores fica um bocadinho maior e, portanto, ser mais vistoso.-----

----- O Senhor Presidente disse uma coisa que é interessante e que eu aqui quero realçar: “A um de janeiro de dois mil e vinte e três, aceitaremos a transferência de competências no domínio da ação social e faremos melhor do que o Governo”. Pois bem, então, se calhar, o que o

Executivo da Câmara devia fazer era aceitar já para bem dos utentes e dos moradores em Oeiras. Muito obrigado.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Há que resistir à prepotência do Governo. Se o Senhor é carreirista, seguidista do Partido Socialista eu não sou. Eu fui do partido muitos anos, trinta e tal anos e ninguém pode dizer que era seguidista do PSD.”-----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) observou o seguinte:-----

-----“Se o Senhor Presidente tem tanta facilidade em falar com o Primeiro Ministro porque não fala com ele sobre isso.”-----

-----A Senhora Deputada Marlene Rodrigues (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Em relação a esta Proposta dizer, que estou de acordo com as questões da descentralização, regionalização e com tudo o que foi referido, mas gostaria de aqui retificar uma questão que foi aqui afirmada, de que quase tudo já era feito no Concelho. Vejamos o que é que está aqui em causa. Está aqui em causa a transferência do serviço de atendimento e de acompanhamento social e isso significa que são atribuídos subsídios, bens e serviços que até agora a Câmara não o fazia, em termos de subsídios diretos às pessoas.-----

-----Primeiro: Isto significa que estes serviços de atendimento e acompanhamento são para toda a população dos zero a mais de noventa anos.-----

-----Segundo ponto: A questão da instrução, celebração e acompanhamento do Rendimento Social de Inserção. É outra questão bastante complexa que não é efetuada pelo Município, são questões da tutela. Sem falar nos contratos sociais de desenvolvimento social e toda a articulação e mesmo os recursos humanos e materiais que são necessários para efetuar este trabalho. Isto porque este trabalho não está a ser feito com a importância, a nível da tutela, e com os recursos humanos que exigiam uma intervenção adequada e consequente. Muito obrigada.”---

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) fez a seguinte intervenção:-----



CM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Não era minha intenção intervir, mas depois das palavras e, principalmente, da última intervenção do Senhor Deputado Jorge Rato (PS) não poderia, de facto, aqui ficar calado. Isto porque, este Partido Socialista e, nomeadamente, este grupo do Partido Socialista nesta Assembleia, hoje, como ontem e seguramente, como amanhã, defende a política do faz de conta. Faz de conta que descentraliza, faz de conta que descentralizando paga, faz de conta que permitindo a liberdade de escolha já impôs prazo para aceitação, faz de conta que os oeirenses ganham, quando, efetivamente, vão perder e porquê. Isto porque os oeirenses, como todos os portugueses, pagam os seus impostos ao Estado Central para este garantir o conjunto de direitos que os assistem. E, a seguir, o Estado retém esses impostos devidamente e impõe às autarquias, os custos que o Governo Central não suporta e os municípios, neste caso em Oeiras, que é isso que nos reportamos, vão ter que suportar e porquê? Porque, nomeadamente, se a Câmara não tivesse tais encargos poderia, nomeadamente, em termos de IRS, em termos de outros valores, beneficiá-los de outra maneira. Poderia baixar os índices, o que não pode fazer, porque tem que suportar encargos que o Governo Central desta forma enviesada, de facto, consegue. Isto é manifestamente uma política de faz de conta. -----

----- Quem está neste momento a governar é o Partido Socialista. Já foi o PSD? Sim. Já teve esta política? Sim, mas, neste momento é outro e se vocês, de facto, criticam tudo isto, era tão simples, estão na Assembleia da República, têm maioria absoluta ou, aliás, irão ter e, portanto, era fácil alterar este estado de coisas e eu não estou é a ver nada, a não ser promessas. Disse.” -----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva,

Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e António Rita Martins Caro), três do Partido Social Democrata (Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e António Fazenda Coimbra), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com quatro votos contra do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Rui Pedro Alves do Nascimento, Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez e Jorge Manuel Damas Martins Rato) e com quatro abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e uma do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão). -----

-----O Senhor Deputado Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 40/2022** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 153/2022 – DCS – TRANSFERÊNCIA DE**



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA “AÇÃO SOCIAL” PARA 1 DE JANEIRO DE 2023

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número cento e cinquenta e três barra dois mil e vinte e dois, a que se refere a deliberação número quarenta e um da Reunião da Câmara Municipal, realizada em dois de março de dois mil e vinte e dois e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com quatro votos contra do Partido Socialista e com quatro abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e uma do Partido Iniciativa Liberal, aprovar a indisponibilidade do Município de Oeiras para assumir a transferência de competências em matéria de Ação Social elencadas para o ano de dois mil e vinte e dois, e a prorrogação do prazo de aceitação das competências, no domínio da Ação Social, para um de janeiro de dois mil e vinte e três, nos termos constantes nos diplomas sectoriais publicados, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.4.1.1. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “É apenas para dizer que nós registamos a indisponibilidade do Executivo para aceitar esta transferência de competências. No entanto, nós não entendemos, nem temos acesso a informação, nem a documentos que, no nosso entender, consubstancia essa indisponibilidade e

da explicação, embora muito interessante e muito longa, como é costume e característico que ouvimos aqui nesta Assembleia, não conseguimos também compreender o que é que consubstancia essa indisponibilidade e, portanto, não tendo dados para perceber isso, abstivemo-nos. Muito obrigado.” -----

4.4.1.2. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), fez a seguinte Declaração de Voto: --- -----

-----“O Partido Socialista regista que a Câmara Municipal afirma ter mais competências e mais capacidades do que aquelas competências que afinal quer assumir. Tem competências, mas não as assume, não assume as competências que diz que tem. Portanto, há qualquer coisa aqui que, realmente, não se compreende. -----

-----Registamos também que o Presidente da Câmara fala nesta discussão sobre competências da ação social, sobretudo aquilo que são outras competências que não consegue resolver e que nós também queremos ver resolvidas. -----

-----Dizer, já agora, e acrescentar que percebemos hoje, porque é que não há mais transferências e mais delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Isto porque, nas palavras do Senhor Presidente, só há delegação de competências ou só deve haver delegação de competências quando há o pacote financeiro efetivo, ou seja, esta Câmara assume que não quer fazer esta transferência de competências com o pacote efetivo para as Juntas de Freguesia. Muito obrigada.” - -----

4.4.1.3. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL), fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Nós, de facto, temos esta transferência de competências como uma oportunidade para melhor adequar os serviços prestados às reais necessidades da população. Um melhor atendimento traduzindo-se, inclusivamente, numa resposta mais eficaz aos cidadãos, em especial aos mais vulneráveis neste caso concreto. -----

-----Este pedido de prorrogação do Executivo, que já é o segundo, uma vez que no ano



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

passado fez exatamente o mesmo pedido, até poderia ser um pedido razoável se, de facto, fossem entendidas as razões objetivas que têm atrasado este processo e que causaram agora novo pedido de prorrogação. Nem na comunicação que foi enviada, nem no âmbito desta discussão aqui na Assembleia Municipal, se entendeu exatamente os problemas e os entraves que estão a originar este pedido de prorrogação deste prazo, até porque, como o Presidente acabou de dizer, em um de janeiro estarão perfeitamente preparados então, porque é que não estão agora? E, portanto, ficaram uma série de questões por responder e assim sendo, não havendo mais informação, nem sendo apresentados os motivos efetivos que estão a impedir a implementação desta transferência de competências, não poderemos, obviamente, votar favoravelmente e, como tal, a abstenção, agora também, justificada nesta declaração de voto. Obrigada.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. observou o seguinte: -----

----- “Eu fico sempre muito surpreendido quando, falando com toda a clareza, há Senhoras e Senhores Deputados que dizem que não me entendem. Ora bem, aquilo que eu referi foi que claro que em janeiro estaremos preparados para assumir essas responsabilidades, mas estaremos preparados, porque somos obrigados a isso. Quer dizer, nós somos obrigados por lei, de acordo com a lei que o Governo elaborou em janeiro, não há hipótese, não há discussão. Nós não temos condições de não aceitar, porque somos obrigados a isso, é o que a lei diz. Naturalmente que, temos que nos preparar e estamos preparados, mas estamos preparados para pagar mais dinheiro, ou seja, para assumir responsabilidades que deveriam ser do Governo e nós temos consciência que, naturalmente, vai agravar a nossa despesa. Vamos entrar naquilo que é receita destinada a outras prioridades, por exemplo, porque o Governo falha nesta matéria e, portanto, acho que toda a gente percebeu que o Governo não quer dialogar. Ninguém dialoga com as câmaras, tudo isto se faz por decreto-lei, por imposição e quando a câmara pergunta: “Mas quanto é que isso custa?”, recusam-se a dizer quanto é que custa. Portanto, não há condições de diálogo, para poder, realmente, fazer uma aceitação formal, enfim, adequada, em

condições normais, que é o que seria desejável. E, portanto, não interpretem ao contrário daquilo que eu digo. O que eu digo, estamos preparados, porque temos que estar preparados. Mas, uma coisa é estarmos preparados como estamos sempre e outra coisa é não lutarmos por aquilo a que temos direito. Na realidade, nós temos direito às verbas que o Estado gasta e que devia transferir para o Município e que não transfere. O que a Senhora Deputada está a dizer, e que é uma coisa realmente estranha vinda de uma deputada do Partido Liberal, não são tão liberais como isso, lá vem a veia centralizadora e, portanto, uma coisa é o discurso, outra coisa é, realmente.... é difícil, é fácil em campanha eleitoral tudo para as empresas, tudo para isto, tudo para aquilo, mas depois vê-se aqui: a defesa acérrima de uma decisão que é absolutamente unilateral, prepotente do Governo relativamente aos municípios. Muito bem, ficamos a conhecer melhor os trilhos do Partido Liberal que aliás, até com surpresa, verifiquei que há uma grande coincidência entre o Partido Liberal e o Bloco de Esquerda. Parabéns aos dois. Muito obrigado.”-----

4.5. Apreciação do Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras referente ao ano de 2021 (os documentos relativos a este Relatório ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Temos o prazer de estar connosco, a Senhora Doutora Elisabete Lagos, Presidente da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens) que vem apresentar o documento. Faça favor, Senhora Presidente, tem a palavra.”-----

-----A Senhora Elisabete Lagos, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras, disse o seguinte: -----

-----“Boa tarde, em nome da CPCJ de Oeiras agradeço o convite que nos endereçaram para apresentar, de uma forma breve, o nosso Relatório de Atividades relativo a dois mil e vinte e um. E, se me permite, na ausência da Senhora Presidente, Doutora Elisabete Oliveira e porque hoje é o Dia Internacional da Mulher, na pessoa da Senhora Vereadora Teresa Bacelar



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cumprimento todos os presentes e todos aqueles que acompanham esta emissão da Assembleia.--

----- Irei ser então muito breve e irei abordar aqui algumas questões que têm a ver com apoio ao funcionamento, a constituição da Modalidade Alargada, o volume processual, atividades desenvolvidas e algumas considerações finais.-----

----- Relativamente ao apoio financeiro, a articulação com o Município é feita através da Divisão de Coesão Social, que se tem caracterizado por uma relação de proximidade e de apoio constante. Dizer também que, este apoio se tem concretizado não só nas questões das despesas que a manutenção de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens implica e, portanto, todo o apoio logístico, todo o apoio administrativo e financeiro, é feito sempre nesta correlação com a Divisão de Coesão Social e com as tranches que a Comissão Nacional, em articulação com o Município, transfere para o Município.-----

----- Queria dizer-vos também que, comparativamente com o ano passado que estive aqui, como se recordam, em que eu tinha dito que tínhamos necessidade de ter mais uma técnica administrativa e o Senhor Vice-Presidente teria dito que seria, de facto, um esforço substancial que teria de ser feito por parte do Município. Queria dizer que esse esforço foi conseguido e, portanto, desde outubro de dois mil e vinte e um temos duas assistentes administrativas, o que faz uma grande diferença em termos dos trabalhos da Comissão e, portanto, estamos muito agradecidas por isso.-----

----- Dizer também que, no ano passado, por esta altura, eu dizia que ainda estava à espera de um computador e desta vez tenho que dizer que temos três computadores a mais este ano. E, portanto, o nosso agradecimento relativamente à sensibilidade que o Executivo teve, relativamente a estas questões.-----

----- No que à constituição da Modalidade Alargada e Restrita diz respeito, como sabem, e eu também já apresentei isto no passado, a Modalidade Alargada está com a composição prevista da Lei, no artigo décimo sétimo da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e tem, a

nossa Comissão, a Comissão de Proteção de Crianças de Oeiras que é a Modalidade Alargada, onde estamos todos incluídos, a Restrita e a Alargada, está completa e representada com todas as entidades que a Lei prevê. -----

-----Nós conseguimos realizar em dois mil e vinte e um, dez reuniões, estas são mensais, e preparámos vários Webinar, que mais à frente falarei.-----

-----Relativamente à Modalidade Restrita, aparecem aqui a vermelho as entidades que estão na Modalidade Restrita e para quem, eventualmente, não tenha isso muito presente, a Modalidade Restrita são as pessoas que estão sempre na sede da Comissão e que trabalham os processos de promoção e proteção e nós não trabalhamos tanto na prevenção, mas mais na reparação das situações concretas que nos surgem diariamente. E, aqui o Instituto da Segurança Social e há pouco falava-se nesses contributos que o Instituto tem em termos daquilo que se pretende vir a fazer no Município mas, neste momento, a representação é feita por um técnico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que está trinta e cinco horas na Comissão e que é de Direito. A Câmara Municipal de Oeiras tem também uma representante, mas acontece que a colega em questão esteve de baixa e está ainda e, portanto, estivemos durante sete meses sem representante da Câmara na Comissão no ano de dois mil e vinte e um. -----

-----Todo o resto, como poderão ver, temos a educação, que sou eu a representante, as trinta e cinco horas. Da saúde também já falámos no ano passado, nesta dificuldade e mantém-se a representação com uma enfermeira que está dois dias por semana, o que é manifestamente insuficiente e depois dois membros cooptados, um da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras e outro do Centro Social e Paroquial de Oeiras, onze horas cada um, sendo que um é de psicologia e o outro de reabilitação psicomotora. -----

-----Temos um apoio técnico do Ministério da Educação, temos o “Vinte A” que resulta de uma parceria, um protocolo entre a CNPDPCJ e o Município de Oeiras e, portanto, há um técnico da valência de direito que está a exercer funções na Comissão de Oeiras. -----



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Da Santa Casa da Misericórdia temos outro apoio técnico, trinta e cinco horas também.-----

----- Da Câmara Municipal de Oeiras temos dois jovens com formação em psicologia que estão ao abrigo da Ocupação do Tempo Jovem.-----

----- Dois apoios administrativos já na fase final do ano dois mil e vinte e um. -----

----- Em novembro de dois mil e vinte e um, foi também substituída a representante da Câmara Municipal de Oeiras, por uma outra colega e foi também colocada uma colega da Câmara, uma avença que foi feita com uma jovem que também está a exercer funções na Comissão também pela Câmara. Neste momento o que está, de facto, em falta é a saúde, com dois dias por semana o que é, de facto, muito pouco.-----

----- Relativamente ao volume processual, do ano dois mil e vinte transitaram para dois mil e vinte e um, trezentos e sessenta e cinco processos, foram reabertos cento e dezasseis e instaurados quinhentos e onze. Nós trabalhámos mais cento e sessenta e nove processos em dois mil e vinte e um, do que em dois mil e vinte.-----

----- Em termos de sexo, apenas por uma questão de curiosidade, continua a ser o sexo masculino aquele que é alvo de maior número de comunicações ou sinalizações.-----

----- Processos trabalhados por escalão etário: -----

----- Dos zero aos dois anos, como podem ver, de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um, tivemos mais três processos; -----

----- Dos três aos cinco anos, mais trinta e quatro; -----

----- Dos seis aos dez anos, mais sessenta e seis processos. Todos eles aumentaram.-----

----- Dos onze aos catorze anos, passámos de duzentos e cinco para duzentos e trinta e cinco;-----

----- Dos quinze aos dezassete anos, de cento e noventa para duzentos e quinze; -----

----- Dos dezoito aos vinte e cinco anos, dos cinquenta e um para cinquenta e oito.

Digamos que dos seis aos dez anos verificou-se, de facto, um aumento muito significativo. E, isto remete-nos para a questão que já no ano passado partilhava convosco, da preocupação com a primeira infância que continua a ter os números mais assustadores. -----

-----Relativamente aos processos trabalhados e relativamente às Uniões de Freguesias, aos territórios, identificámos que em Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada, passámos de cento e setenta e seis em dois mil e vinte, para duzentos e dezasseis processos. De referir que em dois mil e vinte e um, tivemos como referencial os Censos dois mil e vinte e um, portanto, já é um número mais fiel. Em Barcarena, passámos de sessenta e seis para sessenta e nove. Carnaxide e Queijas, duzentos e vinte e nove em dois mil e vinte e duzentos e setenta e cinco em dois mil e vinte e um. Oeiras, Paço de Arcos também, porque tem uma população superior, passamos de duzentos e vinte e oito para duzentos e oitenta e nove e Porto Salvo de cento e doze para cento e trinta e seis e as outras freguesias fora do Concelho diminuíram. -----

-----A propósito de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, não posso deixar de fazer aqui uma nota importante e agradecer à Doutora Madalena Castro, pela sensibilidade e pela proatividade que teve relativamente à Comissão, não só manifestou a sua preocupação, como fez tudo para que alguma coisa pudesse acontecer, que contribuísse para a resolução desta dificuldade e isso deve ser dito. A Doutora Madalena Castro conseguiu que, durante quatro meses, tivéssemos, a cargo da UFOPAC, uma jovem a tempo inteiro na Comissão que, de alguma forma, compensou aquela ausência que nós tínhamos do representante do Município na CPCJ. Muito obrigada por ter viabilizado essa situação e ter feito um grande esforço para que isso acontecesse. -----

-----Relativamente aos processos trabalhados e às entidades que sinalizam, a força policial, no caso do nosso Concelho, a PSP, continua a ser aquela que mais comunicações faz para a Comissão. Seguem-se as escolas com mais vinte e sete processos do que no ano anterior e houve aqui uma troca relativamente ao ano passado. Nós no ano passado tínhamos o Ministério Público na terceira entidade mais sinalizadora e este ano temos os particulares e os anónimos, na



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

terceira posição, tendo o Ministério Público passado para quarta, ou seja, os particulares e os anónimos em dois mil e vinte e um, houve mais quarenta e sete sinalizações desta natureza. No geral, manteve-se a tendência dos anos anteriores, mas aqui, de facto, houve esta alteração que poderemos identificar como razão o confinamento, as pessoas estarem mais tempo em casa, portanto, mais impacientes e sinalizando situações de forma anónima porque havia barulho e porque havia gritos. Será talvez essa a justificação, uma vez que, depois, quando os processos eram trabalhados, chegávamos à conclusão que não havia ali nenhuma situação de perigo que tivesse justificado esta sinalização, em alguns casos obviamente.-----

----- Relativamente às tipologias de perigo, mantém-se esta tendência desde dois mil e dezanove, a exposição à violência doméstica continua a ser a tipologia de perigo que mais aparece na Comissão. No ano de dois mil e vinte e um, tivemos mais oitenta e sete processos, com exposição à violência doméstica. Seguiram-se os comportamentos de risco com mais dezasseis, negligência com mais cinquenta e um, absentismo ou abandono escolar, com mais vinte e um, maus tratos mais um, abuso sexual mais oito, mas, de facto, o que nos abana de alguma maneira, nos faz pensar que temos que agir de alguma forma, é a exposição à violência doméstica que se mantém, consecutivamente, como a tipologia de perigo mais sinalizada. -----

----- Os Agrupamentos de Escolas que mais têm sinalizado à Comissão, com a exclusão da Escola Secundária Quinta do Marquês, que sinaliza muitos poucos casos, todos os outros Agrupamentos de Escolas, todos os anos verificamos esta tendência. A Aquilino Ribeiro tem menos um, relativamente a dois mil e vinte. O Agrupamento de Escolas de Carnaxide tem mais dez processos do que no ano anterior. Carnaxide-Portela tem mais trinta e dois, Conde de Oeiras mais um e Linda-a-Velha/Queijas mais dezasseis. O Agrupamento de Miraflores curiosamente tem o mesmo número, trinta e um, em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. Paço de Arcos com mais trinta e sete, Santa Catarina com mais vinte e três, São Bruno menos três e São Julião com menos dois.-----

-----Relativamente às medidas que aplicámos na Comissão, lembro que podemos aplicar várias medidas, uma delas que aparece consignada no artigo trinta e cinco, a alínea a) refere-se a uma medida de apoio junto dos pais, a alínea b) junto de outro familiar, a alínea c) a pessoa idónea, alínea d) autonomia de vida, alínea e) acolhimento familiar e alínea f) acolhimento residencial. -----

-----Nós temos, em dois mil e vinte e em dois mil e vinte e um, precisamente o mesmo número de medidas aplicadas: cento e vinte e quatro. Contudo, relativamente a medidas junto de outro familiar, tivemos menos duas em dois mil e vinte e um. A alínea c) não aplicámos nenhuma medida junto de pessoa idónea. No caso de autonomia de vida, tivemos uma situação em dois mil e vinte e um e relativamente ao acolhimento residencial temos vindo a diminuir e felizmente, tivemos doze em dois mil e dezanove, dez em dois mil e vinte e oito em dois mil e vinte e um. Portanto, o número de residencializações baixou, mas continua a ser muito elevado no nosso entendimento. -----

-----Quanto ao número de arquivamentos que fizemos. Em dois mil e vinte e um, seiscentos e seis, sendo que duzentos e cinquenta e três foram instaurados, cinquenta e cinco reabertos e duzentos e noventa e oito transitados, relativamente ao ano anterior. Arquivámos mais cento e cinquenta e dois processos do que em dois mil e vinte e tenho que referir, mais uma vez, que a técnica que tivemos pela UFOPAC na Comissão, esteve junho, julho, agosto e setembro, quatro meses a tempo inteiro e foi possível, graças a essa colaboração, arquivarmos mais processos. -----

-----Os processos são arquivados de acordo com várias tipologias ou motivos, mais corretamente por vários motivos. Relativamente ao arquivamento liminar que foi, de facto, aquilo onde tivemos mais trinta e três, ou seja, tivemos de ser mais rigorosos na avaliação que fazíamos dos processos, porque tínhamos poucos recursos e tivemos de pensar que, havendo já uma lei tutelar educativa a decorrer nalguns casos, nós arquivávamos liminarmente alguns dos



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

processos que nos surgiam.-----

----- Relativamente ao arquivamento ao abrigo do artigo noventa e oito, arquivámos mais cento e um, ou seja, depois de feita a sinalização, feita a avaliação de diagnóstico, conclui-se que não há perigo e, portanto, arquivámos mais cento e um processos do que no ano passado. Mais treze aqueles que são ao abrigo do noventa e nove, ou seja, houve uma medida que pode ter uma duração máxima de dezoito meses e nestes casos arquivámos mais treze. Jovens que atingiram a maioridade, mais quatro, crianças ou jovens residentes fora do território nacional, mais três. Remessas a outras CPCJ com competência territorial, mais seis, subsidiariedade oito, ou seja, todos aqueles processos que nos chegam e que nós achamos que, na primeira linha, as entidades com competência em matéria de infância e juventude, quer seja a escola, quer seja a saúde ou outras se ainda não esgotaram todas as suas intervenções, nós remetemos para a entidade novamente para que todas as estratégias sejam tentadas para ultrapassar a situação identificada. Remessas ao Ministério Público ou porque havia incumprimento do APP (Acordo de Promoção e Proteção) ou porque o progenitor retirava o consentimento ou a própria criança manifestava a sua oposição e o processo tem de ser remetido quando uma destas partes não dá o seu consentimento.-----

----- Apensação ao processo judicial, tivemos três processos, menos dois do que no ano passado.-----

----- As atividades que desenvolvemos em dois mil e vinte e um, apesar da pandemia também já em dois mil e vinte tinha sido difícil, e eu estive cá, no ano passado, no mês de abril, precisamente quando decorria o Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, e foi este um dos cartazes que mais percorreu as redes sociais e que foi elaborado por uma aluna, pela Rita Figueiredo, do Agrupamento de Escolas de Linda-a-Velha/Queijas. Continuámos também a fazer o “Estendal dos Direitos”. No Relatório que receberam, diz que é o trigésimo primeiro, mas é o trigésimo segundo que lá deveria estar e fizemos, inclusivamente no nosso bairro, com a

Associação Pombal XXI, as crianças do apoio ao estudo fizeram e participaram neste “Estendal dos Direitos” com muito entusiasmo. Houve também a possibilidade de fazer este calendário em que as famílias em conjunto iam fazendo uma ação diária que promovesse o bem-estar, o afeto, o carinho entre a família. Também, já é tradição, em Oeiras nos nossos edifícios públicos ser afixado o “laço” do mês dos maus tratos. -----

-----Nos infantários, nas escolas e nos equipamentos educativos foi também muito trabalhada esta questão dos maus tratos, juntamente com os pais e com as crianças, das várias faixas etárias. Aqui poderão ver imagens, mais uma vez, da nossa presença na inauguração do “laço” na UFOPAC e também a nossa presença no “Gira do Bairro”, em Caxias, na PSP, com atividades junto dos jovens que frequentam esta Associação. Mais uma imagem ilustrativa, do “Estendal dos Direitos” que mais uma vez referi na Associação Pombal XXI. -----

-----Relativamente à atividade preventiva que a Comissão deve também exercer, e deve exercer principalmente e, nomeadamente na Alargada, conseguimos, apesar das dificuldades, realizar três Webinar. Num deles e porque a nossa preocupação, como já disse há pouco, centra-se muito na primeira infância, fizemos um Webinar sobre a importância de crescer em tempos de pandemia que foi muito participado. Em maio fizemos um Webinar sobre acolhimento familiar, outra necessidade que nós temos e sentimos diariamente. Há necessidade de haver mais famílias, que possam responder a esta necessidade do acolhimento familiar, sobretudo nas idades mais novas. -----

-----O Projeto “primeiros anos, a nossa prioridade”, é um projeto a que a CPCJ se associou juntamente com a Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso e realizámos também um Webinar em que muitas das instituições e equipamentos educativos do Concelho juntaram-se e partilhámos as boas práticas de cada uma das salas, de cada uma das educadoras relativamente a esta necessidade de cedo se promover o bem estar das crianças. -----

-----Houve uma atividade que foi uma novidade este ano, foi uma corrida pelos direitos



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

das crianças, em que um atleta percorreu o país, dois mil duzentos e vinte e dois quilómetros durante quarenta dias pelos direitos das crianças e o nosso Concelho, no dia dezasseis de julho, recebeu esta passagem e ele levava os carimbos de todos os municípios por onde passava e aqui também tivemos a presença do Senhor Diretor da Divisão de Coesão Social, o Doutor Luís Afonso e da Chefe de Divisão, Doutora Ivone Afonso que, também, se associaram a este momento.-----

----- Uma outra atividade que este ano foi inovadora, porque temos um professor reformado colocado na nossa Comissão e que, desde há muito tempo, se dedica a estas questões da educação física e atividades ao ar livre, com o pré-escolar da Escola Maria Luciana Seruca, do Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos, realizou esta atividade em que os meninos foram todos andar de bicicleta no nosso Passeio Marítimo.-----

----- Por vezes, também, nos dirigimos às escolas e fazemos algumas ações de sensibilização para os direitos e, por vezes, aquilo que são os sinais, indicadores que nas escolas, os jovens entre si e os auxiliares de ação educativa que estão muito presentes e se apercebem e, por vezes, fazemos esses momentos de sensibilização nas escolas, em que oferecemos, também com a colaboração do Município, um caderno que diz: “O Coração Pode Bater” e uma caneta que oferecemos aos alunos.-----

----- Considerações finais muitos breves, apenas referir que tem que ser uma preocupação nossa a exposição à violência doméstica. Ainda hoje, de manhã, participei, numa sessão muito agradável, muito íntima, muito informal sobre o Dia da Mulher e sobre a felicidade que algumas mulheres têm de poderem conciliar a sua atividade profissional, a sua vida familiar e poderem fazer isso tudo de uma forma livre e realizada. Contudo, esta não é a única face da moeda e a exposição à violência (trinta e cinco por cento dos processos que nos aparecem, com um aumento de três por cento relativamente a dois mil e vinte), terá que ser ainda nossa preocupação. Temos que ter um olhar muito atento para esta realidade, que teima em não

desaparecer.-----

-----A exposição à violência doméstica, os comportamentos de risco e negligência foram em dois mil e vinte e um, de facto, as tipologias mais destacadas, fazendo um total de setenta por cento dos processos que trabalhámos. -----

-----Salientamos novamente que acreditamos, enquanto equipa da Restrita e da Alargada, que a intervenção precoce é a resposta e deverá ser a nossa maior aposta em termos de prevenção. As sinalizações correspondentes a esta faixa etária da primeira infância representam um valor de vinte e dois por cento, portanto, é um número muito significativo e esta tem de ser a preocupação da comunidade de Oeiras, exigindo da nossa parte um olhar atento e interventivo. --

-----Os “Primeiros anos, a nossa prioridade” é um projeto que referia há pouco, tem que continuar a ser, digamos, um mote para o nosso futuro. -----

-----Das cento e quarenta e quatro medidas que aplicámos de promoção e proteção em dois mil e vinte e um, o número de residencializações continua a ser preocupante embora já vos tenha dito que temos vindo, progressivamente, a diminuir: a doze, dez, oito. Verificaram-se oito acolhimentos e isto significa que continuamos a ter crianças e jovens que vivem privados de um direito fundamental, que é o direito de crescer e viver no seio de uma família. -----

-----No ano passado relembrei uma frase do Doutor Armando Leandro: “Sem dignidade na infância, não há qualidade na vida adulta” e hoje acrescento também outra frase dele: “O tempo da infância não se repete” e, por isso, a nossa prioridade têm que ser a intervenção precoce.-----

-----Continuamos a realçar a necessidade da medida de acolhimento familiar, que já está prevista na lei, ser uma resposta a incentivar e a promover, na comunidade de Oeiras. Poderemos ser o primeiro Município a ter o maior número de famílias de acolhimento, era assim um desafio muito grande que poderemos fazer todos nós. Há pouco falava com a Senhora Vereadora Teresa Bacelar que, depois da pandemia, vêm os refugiados e, portanto, há sempre muito a fazer e todos



e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

juntos tudo se torna mais fácil. Muito obrigada pela vossa atenção.”-----

----- O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte:-----

----- “Obrigado Doutora Elisabete Lagos pela sua comunicação. Alguns dos Senhores Deputados pretende usar da palavra?”-----

----- A Senhora Deputada Sílvia Andrez (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu gostaria de agradecer a explanação e a apresentação do Relatório que foi feita e referir que as atividades desenvolvidas pela Comissão durante o ano de dois mil e vinte e um, foram predominantemente marcadas pela pandemia, por muita insegurança, muita instabilidade, cansaço pandémico das famílias, sobretudo dos pais das crianças e dos jovens, com consequências acrescidas para este último grupo, em termos de estabilidade emocional, desenvolvimento afetivo e saúde mental e isso, também, é referido no seu Relatório. -----

----- Constatamos também que a Câmara Municipal deu o apoio necessário mostrando sempre disponibilidade e colaboração, nomeadamente no alargamento das instalações. Sendo que também nós temos ouvido algumas queixas sobre algum do espaço envolvente, sobretudo depois do fim de semana aparecem situações que tornam o espaço menos atrativo e menos adequado para uma Comissão com esta natureza.-----

----- Verificamos também que existe uma coordenação e uma articulação com outros serviços, o que é salutar, sobretudo com a PSP que é, de facto, a entidade, juntamente com as escolas, que desenvolve a maior proximidade aos eventuais casos que têm que ser sinalizados.---

----- O trabalho desenvolvido e a missão da estrutura são de uma enorme importância e o papel desempenhado pelos membros, na concretização dessa missão para o futuro das crianças e dos jovens, é da maior relevância.-----

----- Falou, nas considerações finais, sobre a violência doméstica e desde dois mil e catorze, excetuando, salvo erro dois mil e dezanove, tem vindo a crescer significativamente, passando da quinta posição para a primeira. E, esta situação da violência doméstica, juntamente

com o risco de negligência, representam setenta por cento dos casos. Isto quer dizer que esta é uma realidade que se mantém e que é urgente alterar. -----

-----Uma das missões da Comissão também passa por alertar, sensibilizar as entidades com competência na matéria e, sobretudo, toda a comunidade. Fala muito numa intervenção mais preventiva, mais precoce e, sobretudo, numa abordagem à primeira infância que já representa vinte e dois por cento das sinalizações e, portanto, os processos que são duzentos e catorze, se não me engano. Uma vez que, de acordo com aquilo que eu percebi, este é o seu último ano à frente da Comissão, não sei se estou correta ou não.” -----

-----**A Senhora Elisabete Lagos, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras**, disse o seguinte: -----

-----“Por acaso não referi, mas é verdade.” -----

-----**A Senhora Deputada Sílvia Andrez (PS)** continuou a sua intervenção: -----

-----“Deixa um legado e, nesse legado, provavelmente, existem situações de melhoria e eu gostaria que me pudesse identificar, até porque, por aquilo que li também, está em curso a elaboração do Plano Local de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, para o triénio dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e cinco. E, tendo em conta todas estas situações que referiu no seu Relatório e que eu agora aqui enunciei, o que é que acha que se pode fazer relativamente a poder prevenir mais e melhor, prevenir mais precocemente, prevenir atuando com maior proximidade e mais responsabilidade. Quais seriam as entidades parceiras com maior relevância neste processo. Podemos, para além da PSP e das escolas, atuar na sensibilização de proximidade e com que parceiros. Qual é que poderia ser o papel do Município, neste contexto, e da comunidade. Percebe-se, também, que existe uma sobrecarga de processos, face ao número de recursos existentes. É uma realidade, quais são os números, o rácio entre o número de processos que neste momento existe e o número de pessoas para o concretizar. E, uma outra matéria que tem a ver com a informação e o registo dessa informação e, nomeadamente as questões



2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relacionadas com os dados que poderão ser ou não ser mais desagregadas, se podem ou não ser? Isto porque, tendo dados mais desagregados, cumprindo, obviamente, a proteção de dados, mas poderíamos ter, não sei, dados relativamente ao género, à etnia, à idade, à profissão e outros que pudessem ser, não relativamente aos processos em si, porque esses já são de alguma forma tratados, mas à origem que podem dar estas situações. Não sei se me estou a conseguir fazer perceber. Para quê? Para que se pudesse a montante serem concebidas algumas políticas públicas municipais que pudessem atuar precocemente e preventivamente relativamente àquilo que podem ser as origens desses casos e que podem, depois, levar a situações de risco em crianças e jovens. Muito obrigada.”-----

----- O Senhor Deputado André Rica (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Começo por agradecer esta exposição que nos fez deste Relatório, que tem toda a informação necessária. Esmiuçar o género do problema, esmiuçar a etnia das famílias do problema, é só incorreto, como disfuncional e não servirá para nada. Portanto, quero mais uma vez agradecer-lhe o cuidado que teve no tratamento da informação. Tem a informação necessária para que seja possível perceber a dimensão da preocupação nesta matéria no nosso Concelho e começar a reagir ou pelo menos, como já lhe foi colocado, poder apresentar algumas questões que permitam melhorar. -----

----- Destaca-se, efetivamente, o apoio do Município de Oeiras à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, portanto, aqui como a grande ferramenta territorial de garante de futuro às crianças, tanto o apoio ao nível das instalações, ao nível do equipamento, ao nível do pessoal e repare-se que, das doze linhas elencadas, cinco pertencem ao Município e tudo aquilo que é a logística e também todo o outro apoio dado pela comunidade de Oeiras. -----

----- Aqui no Relatório que nos apresenta, temos também aqui a participação da Alargada e, ao contrário do que algumas pessoas possam pensar, a Senhora Presidente esclareceu-nos muito bem. A Alargada é a verdadeira Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, é a

comunidade a atuar para proteger as crianças do território e isso tem vindo a ser possível concretizar-se através dos grupos que a Comissão tem formado. Desde a sensibilização, o trabalho direto com famílias, o trabalho direto com as crianças, trabalho direto com escolas, isto para tentar diminuir aquilo que é uma grande dificuldade da Comissão que é trabalhar na prevenção, quando o foco está a ser todo na reparação, fruto da conjuntura que vivemos, fruto destes dados que nos apresenta. -----

-----Em relação a este ponto do trabalho direto da Restrita, queria só colocar-lhe algumas questões que, pelo menos eu, não consegui perceber, que é em termos médios, quanto tempo é que estamos a demorar para aplicar uma medida. Ou seja, desde a sinalização até à aplicação da medida prevista na Lei, uma delas ou a conclusão de que não há perigo, verificar que não existe risco, que não há perigo, quanto tempo é que estamos a demorar. Depois perceber, se esse tempo ou deixar que nos diga, se esse alargamento possível de tempo, a existir, pode estar condicionado pelo trabalho da Restrita. Depois disso, perguntar-lhe que diligências é que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens promoveu junto do Ministério da Saúde e da Comissão Nacional, para que seja regularizado o tempo de afetação dos Ministérios, em termos de recursos humanos à Comissão. Isto para lembrar que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens na lei é lindíssima, desculpem-me o termo, está muito bem pensada. Nós não somos é a Suécia. É uma Comissão que funciona à luz da lei com a participação do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Segurança Social e do Ministério da Educação. Quem é que reforça, quando tudo isto falha, ou não é cumprido, a lei que foi criada - a Câmara Municipal de Oeiras. Sempre que alguma coisa falha, é o Município e aqui permitam-me, isto sobra para todos. O Município de Oeiras consegue reagir e há muitos neste país, que nós sabemos, que não conseguem reagir. A minha pergunta é que diligências foram tomadas ou, como já tivemos a oportunidade em tempos de discutir, se vamos andar sempre a tentar compensar. É importante pensar que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens não pode ser um grupo de voluntários



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

carregados de boa vontade. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens na Modalidade Restrita sobretudo, tem que ser profissionalizada e isso cabe aos ministérios que assumiram na elaboração desta lei e que se comprometem nos diferentes contratos e protocolos a assumir isso. A Câmara, certamente, como tem demonstrado, estará cá para suprir essas fragilidades, mas teremos nós todos que obrigar os ministérios que se comprometem em criar as comissões, a fazer a sua parte. Deixo-lhe então esta pergunta e depois, também, sugerir ou esclarecer, é mais esclarecer, que há uma medida que é fundamental para o sucesso destas crianças que é o acolhimento familiar e a Senhora Presidente disse e bem, e nesta sala todos concordaremos com a Senhora Presidente, quando diz que Oeiras tem toda a potencialidade para ser um dos municípios exemplares na medida de acolhimento familiar. Eu diria, pelo conhecimento do território que temos, já cá está, assim o Ministério da Segurança Social nos permita. Isto porque, para quem não sabe, isto é uma resposta social e o Ministério da Segurança Social está a pensar a forma de propor o modelo regulamentar desta resposta. As crianças que hoje estão sinalizadas antevejo que quando puderem inscrever o seu nome para o exército, já não devem precisar muito desta medida. Portanto, acho que estamos em boa altura de procurar acelerar estas medidas, senão o acolhimento familiar vai continuar a ser uma utopia. O acolhimento institucional, a residencialização institucional destas crianças, vai continuar a ser... no estado que é, com o desinvestimento do Estado, ao mesmo tempo que sobrecarregamos as Comissões para trabalhar na reparação, em vez de trabalhar na prevenção. Ou reagimos todos, ou o futuro não parece bom. E, não podemos numa altura em que tudo nos preocupa, em dois mil e vinte foi a pandemia e em dois mil e vinte e dois, infelizmente, é uma guerra, mas no meio disto tudo há as crianças do nosso território que precisam do nosso olhar atento. -----

----- Deixo só estas questões, estas considerações, agradecendo, mais uma vez, Senhora Presidente, o Relatório que nos apresenta. Agradecer o trabalho que desempenhou à frente da Comissão neste tempo que foi o seu mandato. Desejar-lhe todo sucesso de futuro, que ao longo

da sua atividade profissional sempre contribuiu para o futuro e para o crescimento das crianças nestes últimos anos, numa missão diferente e com uma responsabilidade diferente, mas que, certamente, continuará a fazê-lo no nosso território. Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV)** disse o seguinte:-----

-----“Boa tarde a todos. Eu queria, à minha querida colega Elisabete Lagos, e não vou fazer nenhuma pergunta, só agradecer-lhe pelo empenho e pelo trabalho que teve ao longo destes quatro anos. -----

-----A Comissão de Proteção de Menores parou no tempo. A lei nasceu em mil novecentos e noventa e nove e poucas têm sido as alterações que nós temos deslumbrado neste caminho todo. Tem havido em Oeiras, muita carolice, muita disponibilidade das pessoas, nomeadamente da Elisabete Lagos, minha querida colega que, sem ter experiência, sem ser a vocação dela, se disponibilizou de corpo inteiro para estar à frente, ela com outra professora, neste momento também, e com uma equipa reduzida, resolver todas as situações que lhe iriam ser postas. - -----

-----No meu papel, não de deputada, mas enquanto diretora, tenho que dizer que todas as situações que eu tenho conhecimento, e mesmo no tempo em que eu estava como representante desta Assembleia na CPCJ, as diligências que foram feitas sempre dentro desta Comissão, foram sempre o mais célere possível, de acordo com os recursos humanos que eles tiveram e sempre estiveram disponíveis. Como sabem a questão dos recursos humanos e quando se trata de Comissão de Proteção de Menores é extraordinariamente importante, porque tem acima de tudo de funcionar a tempo inteiro. Não pode ser uma pessoa e mais meio tempo, não pode funcionar de meios tempos, temos de estar dedicados, até porque é um trabalho que não tem horas. Não é o trabalho do normal funcionário público que entra às oito e sai às cinco ou às quatro ou entra às nove e sai às seis. Não é. É um trabalho que se leva para casa, leva-se para casa as angústias, leva-se para casa a resolução das coisas que não foram feitas e penso que, neste aspeto, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

importante um olhar diferente sobre a CPCJ. -----

----- Por outro lado, também quero dizer que o tempo mudou, o mundo mudou, as questões laborais e as questões que têm a ver com a primeira infância também mudaram. A pandemia veio, de alguma forma, fazer sair o pior que havia nas famílias, que já não estavam bem em relação com eles próprios, porque os manteve juntos e quem não sabe estar junto e depois está obrigada a estar junto, levantou problemas de violência doméstica, maus tratos nas crianças, eram os vizinhos que sinalizavam e, portanto, foi um todo muito difícil e que deu origem aquele crescendo que nós temos ali naquele painel que tão bem foi apresentado. Também não podemos exigir, nós não estamos aqui para apresentar uma tese de doutoramento, nós estamos aqui a apresentar um trabalho que foi feito e que, da melhor forma, foi apresentado para a nossa leitura. Eu não pergunto nada à Elisabete, eu gostava que houvesse mais “Elisabetes” que, com a boa vontade que tiveram, conseguiram levar para a frente um trabalho que não é um trabalho fácil. É um trabalho que está geralmente posto no quarto escuro da nossa sociedade, que é aquilo que a gente tapa os olhos. Isto porque a nós não nos interessa, muitas das vezes, saber que existe, mas, até nas próprias escolas, muitas das vezes as abordagens que são feitas e a própria sinalização muitas das vezes é feita a ferro e fogo, porque há sempre uma certa indiferença àquilo que passa aos nossos olhos. Isto porque nos custa, porque não aceitamos, porque pensamos que é mentira, porque temos medo de enfrentar, muita das vezes, os pais e a Elisabete sabe o que eu estou a dizer. Há professores que têm medo, há diretores que têm medo, porque têm medo de represálias e isso acontece. Portanto, não é um trabalho tão fácil quanto isso.-----

----- Por outro lado, a ajuda da PSP no trabalho que tem de relacionamento direto com a CPCJ, tem sido um trabalho muito válido, graças a eles também temos a ajuda para a sinalização dos grandes abandonos escolares e, também, das outras questões que vêm por arrasto. -----

----- Não é fácil falar destes assuntos, não é fácil arranjar de imediato soluções também

para estas questões, a parte não está só do lado sempre do Município, porque parece que o Município também é um “mãos largas”, que tem de fazer tudo. Nós temos de remodelar, tal como temos de remodelar uma Lei de Bases do Sistema Educativo, há situações que têm que ser remodeladas e que têm de ser adaptadas ao quotidiano e à modernidade. Portanto, não vale a pena estarmos aqui a estender, não te vou pedir mais explicações, porque eu sei muito bem o trabalho que tens feito, sei muito bem o difícil que tem sido, muitas das vezes, ir à casa das crianças. É difícil enfrentar algumas famílias, é difícil abrir a porta de muitas casas e ver o que se vê e levar-se isso para casa. Disse.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte:-----

-----“Eu diria que, depois da intervenção que a nossa Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV) fez a propósito daquilo que são os confrontos, a constatação com realidades sociais do Concelho, das famílias, etc., estaria tudo dito. Naturalmente que, há que reconhecer que é um trabalho muito difícil e, de uma forma geral, as intervenções que foram feitas pelos Senhores Deputados vão nesse sentido. É um trabalho muito difícil e que nem sempre é de fácil compreensão para quem está de fora, para quem não está naquela realidade todos os dias. De maneira que, da experiência da Câmara Municipal, naturalmente que com uma dimensão que passa por outro tipo de atividades que permite à Câmara Municipal, particularmente na área da habitação e na área social, permite-nos um conhecimento da realidade muito grande do Concelho, mas é indiscutível que, quando se trata de crianças, não podemos deixar, enfim, de ficar indiferentes. -----

-----Os problemas que a Câmara Municipal, ao longo deste tempo tem ou teve com a Presidente da Comissão, são sobretudo de natureza burocrática. Portanto, há que distinguir a questão burocrática, dos problemas essenciais de que a Comissão trata. E, portanto, obviamente que são perspetivas por vezes diferentes, há mais um funcionário, menos um funcionário. As instalações não funcionam bem e isso, às vezes cria ruído e já aconteceu aqui na própria



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assembleia Municipal, que não corresponde, naturalmente, à perspectiva de ambas as partes.-----

----- Eu tive oportunidade de receber a Senhora Presidente num destes dias e, naturalmente, que enfatizei aquilo que é o papel, não é um papel fácil, é muito difícil e, portanto, a Câmara Municipal e na qualidade de Presidente da Câmara, não posso deixar de expressar aqui, o reconhecimento do Município pelo trabalho e pela dedicação. Nós, às vezes, demoramos algum tempo a conhecer as pessoas e as relações, nem sempre de proximidade, permitem uma discussão franca no imediato, mas é indiscutível que a Presidente da Comissão, a Doutora Elisabete Lagos fez, ao longo destes anos, um trabalho que eu diria, por vezes, usando determinadas expressões que para quem não está a par dos problemas, pode não fazer a melhor interpretação. Isto é, diz que é uma funcionária da Câmara que falta e gera-se logo a ideia de que é a Câmara que está em falta. E, realmente, ainda bem que se fala, porque, normalmente, quem está em falta até são outros organismos. E, a dada altura, o que acontece é que este ruído de mais apoio ou menos apoio, de as instalações são boas ou não são boas, fazem com que nos distraiamos todos daquilo que é a essência da Comissão. E é isso que, neste momento, aqui está em apreciação, designadamente a evolução dos números que foram apresentados e por detrás destes números estão, realmente crianças. De maneira que, eu não posso deixar de apresentar aqui, para além da formalidade e da cordialidade natural nestas circunstâncias, visto que a Doutora Elisabete vai cessar agora o mandato mas, naturalmente que, é merecedora de todo o nosso reconhecimento pelo trabalho que fez, pela capacidade, naturalmente de, ao longo destes anos, enfrentar vicissitudes, não respostas, porque um dos principais problemas, muitas vezes, nestas áreas é nós sentirmos um problema, conhecermos um problema, sabermos como se resolve e não haver capacidade institucional, para lhe dar andamento. E, portanto, eu quero desejar as maiores felicidades e expressar o nosso reconhecimento pelo seu trabalho, como já foi aqui dito difícil, duro, mas também enriquecedor. Não tenho dúvidas que a Presidente da Comissão, que é professora por vocação e formação, sai desta experiência muito mais

enriquecida, talvez com um maior conhecimento do que é a sociedade e com muito mais sensibilidade, naturalmente. É uma experiência que nem toda a gente pode ter, não é possível toda a gente ter essa experiência, mas é indiscutível que as experiências difíceis são aquelas que mais nos enriquecem, mais nos sensibilizam e que melhor nos preparam para os desafios que todos os dias temos que enfrentar. De maneira que, Senhora Doutora, os meus parabéns, o meu reconhecimento e as maiores felicidades no futuro. Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhor Presidente e pergunto à Senhora Doutora Elisabete Lagos se quer fazer algum comentário final.” -----

-----A Senhora Elisabete Lagos, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras, disse o seguinte: -----

-----“Não tenho muito mais a acrescentar. -----

-----A Senhora Deputada Sílvia Andrez (PS), falou aqui na questão da saúde mental, por exemplo, que é, de facto, uma questão que nos preocupa bastante e a pandemia revelou aqui uma série de situações de saúde mental gravíssimas e em idades muito precoces. Mas, depois há um problema porque não somos nós que conseguimos dar essa resposta. Portanto, a saúde mental está muito doente no nosso país. Quando nós queremos marcar com urgência uma consulta para um jovem que tem episódios recorrentes de agressividade na escola, em casa, passa-se uns medicamentos para ele ficar mais calmo e não há respostas específicas, especializadas que são urgentes que existam. Há necessidade de haver respostas especializadas. O acolhimento, se não for feito num espaço especializado é mais do mesmo, não resolve o problema e depois quando estamos numa situação em que podemos acolher uma criança, para poder perceber o problema dela, para haver uma maior proximidade de pessoas com conhecimentos técnicos para resolverem as situações, falta-nos a outra parte, que é preparar a família para receber novamente aquele jovem que, entretanto, teve que se ausentar por questões de saúde. Em termos de saúde



ca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mental é, realmente, uma dificuldade muito grande com que nos deparamos no nosso país, sem dúvida. -----

----- A primeira infância, quando há pouco referia e no Plano Local da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, nós na Comissão, como o Senhor Deputado André Rica (IN-OV) referiu, temos três grupos de trabalho. Um que se dedica à dinamização e sensibilização junto de escolas e iremos ter brevemente uma sessão com a Associação de Pais, em que vamos em horário pós-laboral, falar com os pais, explicar porque é que existem as Comissões. Como é que as Comissões funcionam, estas não são o papão mau que tira as crianças aos pais. -----

----- A Comissão não tira as crianças aos pais, só podemos agir com consentimento dos pais, se eles não derem o consentimento, não podemos fazer nada. Ou com a oposição dos jovens se ele tiver mais de doze anos, senão será o Ministério Público a resolver esta situação. Por exemplo, agora enquanto estou aqui, no Bairro do Pombal, nas nossas instalações, estamos à espera da intervenção da PSP e provavelmente iremos aplicar um “noventa e um”, um procedimento de urgência em que é preciso retirar urgentemente um bebé de seis meses, que está junto do pai. -----

----- Portanto, estas situações acontecem com muita frequência, mais do que aquilo que nós desejávamos, mas como digo, não está, de facto, nas nossas mãos encontrar resposta para isso. -----

----- Quando eu falava nos grupos de trabalho, referi o da sensibilização e esqueci-me de referir o grupo de trabalho que trabalha as conferências que são designadas “Olhares sobre a Infância” e que nós fazemos com alguma regularidade. -----

----- Temos uma conferência brevemente, no dia vinte e seis de abril, também sobre a questão da primeira infância e como é que os infantários e os equipamentos educativos de Oeiras, trabalham e como é que preparam os pais para o Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, que relação há entre uns e outros e, portanto, nós temos feito muita coisa, talvez não

tenha a visibilidade que poderia ter, acredito que não, mas os tempos que vivemos também nos limitam a esse nível. Esperamos que venham tempos melhores, não sabemos de que modo.-----

-----Depois o Senhor Deputado André Rica (IN-OV) colocou aqui outra questão, que tinha a ver com os tempos médios da aplicação da medida. -----

-----Por lei, nós temos seis meses para fazer uma avaliação. Temos alguns casos e, nomeadamente, com a falta de recursos que tivemos, porque, neste momento, temos uma equipa muito jovem, quer o apoio técnico que temos, quer a substituição da representante da Câmara de Oeiras, quer os dois representantes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, são pessoas com pouquíssima experiência nesta área e aí voltamos à questão da profissionalização. É urgente, não posso ser eu... o meu diretor disse-me: “Preciso de uma representante da educação para a Comissão de Oeiras, acho que tens perfil, não queres ir?” Bom, eu disse poderei experimentar, mas que não sabia, nunca tinha trabalhado nesta área. Portanto, não tive nenhuma formação específica para esta área, posteriormente procurei essa formação e obtive-a. -----

----- Mas, na verdade se na Restrita não se caminhar para esta transformação do que é Comissão Restrita, com pessoas profissionais que optam por estar ali, não é o professor com o horário zero que vai para a Comissão, como existem em muitas comissões do país ou é a enfermeira que está quase na pré-reforma e vai lá dois ou três dias por semana, isto é brincar com coisas muito sérias. -----

-----E, portanto, ou se aposta na profissionalização das pessoas que estão nas comissões ou então vamos andar sempre a tapar buracos e a manta é muito curta. Muito obrigada. -----

----- Obrigada à Doutora Fátima Rodrigues que também esteve na Comissão Alargada e neste momento também temos a Doutora Marlene Rodrigues (IN-OV), o Doutor André Rica (IN-OV), Doutora Fátima Filipe (PS) e Doutor José Montezo (IN-OV), pessoas que estão com muito empenho e com muita determinação e isso irá certamente fazer toda a diferença na Comissão. Não sei se há mais alguma questão?” -----



ck

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “A Doutora Fátima falou que existem denúncias de particulares e anónimos. -----

----- No site da Câmara, quando pesquisei a informação, só vejo a possibilidade de reportar por email, pelo menos no site da Câmara, e como é que fazem? Como é que as pessoas se sentem à vontade fazer uma denúncia anónima?” -----

----- A **Senhora Elisabete Lagos, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras**, disse o seguinte:-----

----- “Basta criar um email anónimo, que não exista e fazem uma sinalização e podem fazer também...” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Mas isso pode ser dificultado se a pessoa não tiver email, por exemplo.” -----

----- A **Senhora Elisabete Lagos, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras**, respondeu dizendo o seguinte:-----

----- “Era o que eu estava a dizer, ou a pessoa cria um email falso que é o que há mais e fazem as sinalizações ou podem também fazer através do número da Comissão Nacional, telefonam e expõem a situação. -----

----- Também, podem ir à nossa Comissão, em Oeiras, e presencialmente fazer a sinalização pedindo o anonimato. Claro que, no fim da linha esse anonimato não poderá ser completamente respeitado se o processo subir a tribunal, se houver necessidade de consulta, enfim e nós isso dizemos às pessoas, não podemos garantir cem por cento esse anonimato.-----

----- Agora as que nos vêm da Comissão Nacional através do número telefónico são completamente anónimas. -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -----

----- “Obrigada e, se calhar, pedia só à Câmara Municipal, existindo disponibilidade, que

colocasse esta informação complementar no seu site para que as pessoas saibam que existe esta possibilidade de contatar pelo telefone ou presencialmente e sugerir que, pontualmente, seja feita uma publicação, eventualmente, nas redes sociais do Município ou nos jornais que são distribuídos no Município. -----

-----Obrigada.” -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, disse o seguinte: -----

-----“Resta-me agradecer à Senhora Doutora Elisabete Lagos a sua comunicação e, em nome da Assembleia, transmitir os nossos agradecimentos e desejar um bom trabalho futuro também. Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Elisabete Lagos, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras, respondeu, dizendo o seguinte: -----

-----“Muito obrigada e um bom trabalho também para todos.” -----

-----APRECIADO -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----Não houve intervenção do público. -----

6. O Senhor Presidente da A.M., em exercício, concluiu, dizendo o seguinte: -----

-----“Não temos público, vamos encerrar a nossa Sessão e desejo a todos uma boa noite e até à próxima Sessão, se Deus quiser.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, deu por encerrada a reunião às dezanove horas. -----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da



W

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

A.M., em exercício e pelos Secretários da Mesa. -----

-----O Senhor Presidente da A.M., em exercício, -----

António Luís Gomes

-----O Primeiro Secretário, -----

Dona Lúcia de Oliveira Castro

-----A Segunda Secretária, -----

Diana Gonçalves

